

Juliana Vieira Chalub

Processo de formação de sentido e os predicáveis aristotélicos

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2007

Juliana Vieira Chalub

Processo de formação de sentido e os predicáveis aristotélicos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de Concentração: Lingüística
Linha de pesquisa: Análise do Discurso

Orientador: Prof. Dr. Júnia Diniz Focas

Agradecimentos

Agradeço a todos que de alguma maneira acompanharam essa pesquisa. À minha mãe pela cumplicidade, ao Ado pelas discussões inquietantes, ao Gui que a todo momento me provou o poder da argumentação, à Júnia pelo incentivo e orientação carinhosa, à Elza pelo *engenho e arte* da revisão, à Alexandra pela grande ajuda com a língua francesa e à “mesa” da cantina.

Essa pesquisa foi realizada com o auxílio financeiro do CNPQ.

*Dedico ao meu avô Lucas, que há tempos, por meio da fotografia, sem saber, me fez
pensar no Negativo.*

Então o homem, flagelado e rebelde, corria diante da fatalidade das cousas, atrás de uma figura nebulosa e esquiva, feita de retalhos, um retalho de impalpável, outro de improvável, outro de invisível, cosidos todos a ponto precário, com a agulha da imaginação; e essa figura, nada menos que a quimera(...)

Machado de Assis

Sumário

Introdução	9
Capítulo I – Sentido e suas determinações	
Considerações preliminares.....	14
Determinações do Sentido.....	18
Para além das determinações do sentido.....	24
Análise do Discurso e Sentido.....	33
Capítulo II – Predicáveis e discurso	
<i>Os Tópicos</i>	39
Os predicáveis.....	46
Predicáveis e sentido.....	55
Capítulo III - A natureza dialética do sentido	
Operações discursivas.....	68
Conhecimento e sentido.....	76
Conclusão	87
Anexos	93
Bibliografia	95

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo o estudo do Sentido. Analisando-o como um *todo*, descobriremos que ele é sempre transcendente e não podemos pretender, por seu intermédio, esgotar a realidade a que ele se refere. Para tanto, o sentido será aqui decomposto e recomposto a fim de realizar um percurso que se estende do mais complexo ao mais simples; retomando, a partir de suas partes, o conjunto, com o objetivo de apreender suas dimensões e então apreender sua complexidade.

O trabalho reunirá teorias que nos parecem funcionais e/ou aplicáveis ao estudo do sentido, oferecendo uma referência de posições teóricas que corroboram nossas investigações. Introduziremos a possibilidade de perceber o sentido, nos estudos de Análise do Discurso, utilizando-nos das categorias de pensamento estipuladas por Aristóteles. Formuladas com intuito de potencializar o uso dos argumentos, em nossa pesquisa, as categorias *definição*, *propriedade*, *gênero e acidente* terão a função de permitir revelar tanto as operações básicas do discurso, quanto o processo que forja os sentidos e produz conhecimento.

Palavras-chave: discurso – sentido – Aristóteles

Résumé

Cette recherche a comme objectif l'étude du Sens. En analysant le sens comme un *tout*, nous découvrirons qu'il est toujours transcendant et nous ne pouvons pas prétendre, par son intermède, épuiser la réalité de ce qu'il se réfère. Pour tant, le sens sera ici décomposé et recomposé afin de réaliser un parcours que s'étendre du plus complexe au plus simple ; en reprenant, à partir de ses parts, l'ensemble, avec l'objectif d'appréhender ses dimensions et alors d'appréhender sa complexité.

Le travail reunira les théories qui nous semblent fonctionnelles et / ou applicables à l'étude du sens, en offrant une référence de positions théoriques qui corroborent nos investigations. Nous introduirons la possibilité d'apercevoir le sens, dans les études d'Analyse du Discours, en utilisant des catégories de la pensée stipulées par Aristote. Formulées avec le but de potentialiser l'usage des arguments, dans notre recherche, les catégories *définition, propriété, genre et accident* auront la fonction de permettre révéler tant les opérations basiques du discours, tant le procès qui forge les sens et produit connaissance.

Introdução

O que é sentido? Como ele é constituído? Como podemos apreender sua dinâmica? Esses são questionamentos que incitaram a presente pesquisa.

Pesquisar o sentido é também estudar a linguagem, o mundo ao qual ela se refere e o sujeito que toma para si o ato de movimentá-la. Iniciamos por esse pressuposto e pensamos, por isso, estar diante de três pilares básicos do sentido: o sujeito, a linguagem e o mundo das coisas.

Nossa pesquisa se apresenta como um esforço de refletir a respeito do sentido, sua formação, suas determinações e a maneira como pode ser articulado em discurso; aliando à nossa leitura o texto aristotélico, *Tópicos*, dividiremos o trabalho em três capítulos: *Sentido e suas determinações*; *Predicáveis e discurso* e *A natureza dialética do sentido*; e, finalmente, uma *Conclusão*.

O primeiro capítulo deste trabalho aborda a questão do sentido de maneira mais privilegiada. Nele, discutiremos a importância de pesquisas sobre o sentido no âmbito dos estudos lingüísticos, a fim de apresentar nossa percepção de sua estruturação e também ressaltar a importância dessa reflexão para aprofundar os estudos em Análise do Discurso.

Com esse objetivo, reunimos algumas teorias que direta ou indiretamente contribuíram para as discussões a respeito do sentido. Também optamos por apresentar nossa linha de raciocínio através de conceitos, que mais tarde proporemos como instrumentos de análise.

Contextualizando, o capítulo I se divide em quatro partes: *Considerações iniciais; Determinações do sentido; Para além das determinações do sentido e Sentido e análise do discurso.*

A primeira parte, como o próprio nome diz, apresenta os objetivos do capítulo, a maneira como trataremos o assunto e introduz os predicáveis aristotélicos para uma melhor compreensão dos termos e do percurso utilizados.

A segunda parte ressalta o que chamamos de determinações lingüísticas as quais estabelecem critérios que, de certa maneira, têm a função tanto de organizar como de criar resistência a um relativismo generalizado da significação. Faremos referência aos estudos saussurianos sobre o signo lingüístico e, principalmente, ao conceito de *valor*.

O terceiro ponto que desenvolvemos no primeiro capítulo diz respeito ao que entendemos como um “segundo passo”, na teoria lingüística, em direção a uma teoria do sentido. Portanto, passamos a perceber o signo em sua característica relacional, ou seja, “apontamos” para um tipo de semântica que, paulatinamente, conduza-nos aos limites entre ela, os estudos sobre a enunciação e a questão do *uso* e da *práxis*. Assim, verificaremos como a Análise do Discurso, dada sua amplitude teórica em relação às outras áreas da Lingüística, é condizente para corroborar nossa reflexão.

O segundo capítulo da pesquisa é dividido em quatro partes: *Tópicos, Os predicáveis, Predicáveis e sentido e Predicáveis e valor.*

O primeiro e o segundo pontos contextualizam os *Tópicos* aristotélicos no âmbito do conjunto dos tratados lógicos, o *Órganon*, e descrevem os predicáveis de maneira mais aprofundada e mais voltada para nossas preocupações.

A terceira e a quarta parte do segundo capítulo relacionam os predicáveis aos estudos lingüísticos, sendo necessário estabelecer a maneira pela qual ambos poderiam articular-se. Assim, baseando-nos, principalmente, nas considerações sobre os *valores*, desenvolvidas por Perelman, nosso objetivo é apontar como as categorias predicativas desvelam as articulações de *valores* através de processos discursivos.

O capítulo três é o último da nossa pesquisa, intitulado *A Natureza dialética do sentido*, e está subdividido em duas partes: *Operações do discurso* e *Conhecimento e sentido*.

A primeira parte diz respeito às operações do discurso (determinações, ampliações e relativizações) que refletiriam uma estrutura lógica de mapeamento do sentido. Contudo, como este trabalho pretender trazer reflexões teóricas a respeito do sentido, o que já é algo complexo, decidimos não trabalhar exaustivamente num determinado *corpus*, mas somente de forma ilustrativa. Assim, nessa parte da pesquisa, exemplificaremos as operações discursivas com fragmentos de textos que aparecerão completos no anexo da dissertação.

A segunda parte do terceiro capítulo reafirma que a predicação é de extrema importância para desvelar a categorização imanente à apresentação das coisas do mundo e de se revelar como um método dialético. É importante ressaltar a relevância que atribuímos ao processo de construção de sentidos e ao valor fundamental que esse processo desvelado teria para a credibilidade e eficiência da análise. Logo, a necessidade de algum tipo de categorização é realçada, pois é a instância na qual refletimos sobre a constituição de uma interpretação do mundo a ser delineada. Isso nos leva a apresentar uma alternativa de se pensar o sentido como *dever*, ou seja, como possibilidades momentâneas, destinado a se rearticular e se desdobrar na forma e no sistema.

Finalmente, a conclusão é a parte da pesquisa que apresentará uma reflexão acerca de nossos percursos, nossas escolhas, nosso esforço, ao mostrar eventuais problemas e dificuldades a serem ultrapassadas.

CAPÍTULO I

SENTIDO E SUAS DETERMINAÇÕES

*algo é o nome do homem
coisa é o nome do homem
homem é o nome do cara
isso é o nome da coisa
cara é o nome do rosto
fome é o nome do moço
homem é o nome do troço
osso é o nome do fóssil
corpo é o nome do morto
homem é o nome do outro*

Arnaldo Antunes

Considerações preliminares

O presente capítulo reúne teorias de diferentes autores que nos parecem funcionais e/ou aplicáveis ao estudo do sentido. Porém, não estabeleceremos uma comparação minuciosa entre os diferentes olhares que existem a respeito de tal assunto. O que pretendemos, com essa primeira parte, é oferecer uma referência conceitual que corrobore nossas investigações.

Estudar nossas formas de comunicação é algo que intriga o homem há tempos; por isso, a maneira pela qual compreendemos/produzimos sentidos incita pesquisas em diversas áreas do conhecimento.

Nesta parte de nossa pesquisa, cabe-nos delimitar o sentido. Se pensarmos nele como um *todo*, descobriremos que o sentido é sempre provisório e não poderemos pretender esgotar a realidade a que ele se refere. Quer dizer, “há sempre algo que escapa às nossas sínteses, isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender

melhor a nossa realidade”¹. Para tanto, o sentido será aqui decomposto e recomposto a fim de possibilitar a realização de um percurso que vai do mais complexo ao mais simples; retomando, a partir de suas partes, o conjunto, com o objetivo de apreender suas dimensões para, então, perceber sua complexidade.

Apresentaremos uma possibilidade de apreender o sentido, nos estudos de Análise do Discurso, utilizando os *predicáveis* estipulados por Aristóteles, formulados com o intuito de potencializar o uso dos argumentos. Em nossa pesquisa, *definição*, *propriedade*, *gênero* e *acidente* são conceitos que têm a função de permitir revelar tanto as *determinações* como o *provisório*² os quais acreditamos constituir as estratégias de construção de sentido. Os predicáveis serão pormenorizados na segunda parte deste trabalho, mas nos permitiremos adiantar alguns conceitos a fim de facilitar o acompanhamento de nosso raciocínio.

É em sua obra *Tópicos* que Aristóteles apresenta seus quatro *predicáveis*³ que, juntos, constituem um método lógico para raciocinar a respeito das coisas. O primeiro, *definição*, é um predicável que revela a essência daquilo que se predica. Esse conceito é justificado pelo fato de que, segundo o autor, “aqueles cuja explicação consiste apenas num termo, por mais que façam não conseguem dar a definição em apreço porque a definição é sempre um tipo de frase”, por isso “mostrar que as coisas são idênticas não basta para estabelecer uma definição. Demonstrar por outro lado que não são idênticas é suficiente para lançá-la por terra”.⁴

O segundo, *propriedade*, é aquele que revelará as características próprias àquilo que se categoriza. Tais características não indicam, claro, a definição. Todavia, elas pertencem

¹ KONDER, 1992, p.37.

² Além desses dois termos, lembramos também o *necessário* e o *contingente*; contudo, não adentraremos nessa questão.

³ Uma melhor explanação desse conceito está desenvolvida no capítulo II.

⁴ ARISTÓTELES, 1978, p.110.

exclusivamente àquilo que está sendo predicado de maneira conversível, como no exemplo dado pelo próprio estagirita: “assim é uma propriedade do homem aprender gramática e, se é capaz de aprender gramática, é um homem”.⁵

O *gênero* associa elementos que mantêm uma relação de semelhança entre si, essa relação se baseia em algo que é inerente a eles “como, por exemplo, do homem seria apropriado dizer ‘é um animal’. Com efeito, ao afirmar que animal é o gênero do homem assim como do boi teremos afirmado que eles pertencem ao mesmo gênero”⁶. Segundo Aristóteles, o gênero e a definição são contrapartes lógicas de um mesmo raciocínio.

O último é o *acidente*⁷, que revela características transitórias, situacionais, ou seja, que podem pertencer a algo e deixar de pertencer sem que haja a perda de essência. Podemos citar, como exemplo, a atribuição da *posição sentada*, ou seja, dizer que aquele que está sentado é “João” descreve um predicado que serve para melhor identificar de quem está se falando, mas essa característica não é inerente; “João” pode se levantar ou sentar, ou seja, sua *definição*, sua *propriedade*, e seu *gênero* se manterão os mesmos.

Como não poderia deixar de ser, nossa reflexão a respeito do sentido se dará seguindo o método de raciocínio aristotélico. Assim, para esclarecer sobre o que estamos discutindo, somos impelidos a tratar o que é essencial ao sentido. Acreditamos que fazem parte da *definição* de sentido a linguagem, o sujeito, e as coisas das quais se falam (mundo), pois sem esses “pilares” não existiria nenhum tipo de produção significativa, não haveria comunicação.

⁵ ARISTÓTELES, 1978, p.111.

⁶ ARISTÓTELES, 1978, p.111.

⁷ No que se refere ao *acidente*, faz-se necessário enfatizar sua potencialidade dialética. Contudo, por questões metodológicas, não aprofundaremos em tão instigante tema.

Usar a linguagem é algo intrínseco ao sentido, pois é na prática lingüística que se produz sentido, ou seja, se não houvesse a necessidade humana de se comunicar, de falar sobre as coisas para alguém, não teríamos desenvolvido, talvez, nenhuma estratégia de se fazer entender. Essa reversibilidade será percebida, ao longo deste trabalho, entre todos os elementos que constituem o sentido.

É muito importante fazer perceber essa relação orgânica dos elementos do sentido, e que ao falarmos de um, automaticamente, estaremos falando da relação como um todo. Isso porque este trabalho visa ao funcionamento de uma estrutura que é constituída por elementos difíceis de serem apreendidos através de uma metodologia rígida. Também devemos salientar que a tão difundida teoria entre “sentido e referência” não será abordada, visto que o arcabouço lógico de que nos ocupamos não é pertinente a essa questão.

Portanto, o referencial teórico do qual nos valem nos levará em conta um percurso metodológico que "avalie a possibilidade de integrar níveis de determinação com alguma dimensão do acaso"⁸. Desta maneira, reunimos, neste capítulo, algumas teorias que, direta ou indiretamente, contribuíram para as discussões a respeito do sentido, que nos guiarão a uma compreensão dessa estrutura.

⁸ MARI, 1991, p.16.

Determinações do sentido

A *linguagem*, por sua natureza dialética, é um conceito complexo. Entretanto, optamos por não procurar um termo alternativo, pois não nos impedimos de dizer que o instrumental de análise que vamos propor, provavelmente, possa servir para se investigar os sentidos em suas várias formas de apresentação.

Entretanto, investigar o sentido, em nossa linha de pesquisa, requer assumir a necessidade de ressaltar suas determinações lingüísticas visando a um entendimento dos critérios que, de certa maneira, têm a função tanto de organizar como de impedir um relativismo generalizado da significação⁹, o que é enfatizado por Barthes:

A linguagem é uma legislação, a língua é seu código. Não vemos o poder que existe na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva: *ordo* quer dizer, ao mesmo tempo, repartição e comunicação. Jakobson mostrou que um idioma se define menos pelo que ele permite dizer, do que por aquilo que ele obriga a dizer.¹⁰

Sabemos bem que as normas sintáticas e fonéticas ocupam também lugar de destaque nos estudos da língua, mas devido às escolhas que fizemos para tratar o sentido, tomaremos como ponto de partida o estudo dos signos e a evolução teórica desencadeada sobre esse assunto. Portanto, é importante observar que uma reflexão dessa natureza convoca, no mínimo, uma síntese da concepção saussuriana de Língua.

⁹ Cabe aqui uma delimitação do que entendemos por significação. Neste trabalho, a significação será definida como o processo que forma o sentido.

¹⁰ BARTHES, 2001, p.14.

A tentativa de delimitar a natureza do objeto central dos estudos lingüísticos fez com que Ferdinand de Saussure refletisse sobre o *signo*. Para ele, língua e pensamento são indissociáveis, como lados opostos de uma folha de papel. Quando a rasgarmos, abarcaremos ambos, ou seja, a língua, para Saussure, é a expressão do pensamento e sem ela, o pensamento não passa de uma “massa amorfa e indistinta”.

Nessa orientação, o autor segue um percurso em que a *langue* ocupa lugar de maior interesse em relação a *parole*. A *langue*, como define Saussure, “constitui-se num sistema de signos, no qual de essencial só existe a união do sentido e da unidade acústica”¹¹, é o lugar de onde podem ser determinadas as sistematizações; um “tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro”¹². Já a *parole* é a fala, ato individual, que só se torna possível pela língua, é instituição coletiva.

A distinção entre *langue* e *parole* estabelece a teorização central de Saussure para delimitar o objeto de estudo. Seu método consistiu em “separar ao mesmo tempo: 1º o que é social do que é individual; 2º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental”¹³. O que o autor fez, portanto, foi delimitar seu objeto e preferiu tratar, primeiro, de suas determinações, de sua natureza. Essa separação demonstra claramente sua opção por um estudo da forma ao estudo do uso.

Segundo o autor, a Língua é um sistema de signos. E o signo lingüístico foi definido como a associação de duas imagens: uma acústica, que é o *significante* (*Se*); e outra conceitual,

¹¹ SAUSSURE, 1971, p.23.

¹² SAUSSURE, 1971, p.21.

¹³ SAUSSURE, 1971, p.22.

que é o *significado* (*So*). Para ele, “esses dois elementos estão intimamente ligados e um reclama o outro”¹⁴ tendo como princípio primeiro a arbitrariedade.

O princípio de arbitrariedade do signo, que caracterizou o tipo da relação entre significante/significado (*Se/So*), promoveu, à primeira vista, uma liberdade radical para o significante. Esse princípio foi demonstrado pelo conhecido exemplo de que “a idéia de ‘mar’ não está ligada por relação alguma interior à seqüência de sons m-a-r que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por qualquer outra seqüência, não importa qual(...)”¹⁵.

Essa postura saussuriana suscitou críticas e dúvidas a respeito de tal princípio, pois, deste modo, existiria a possibilidade de se modificar o significante a qualquer momento, já que uma seqüência fonética “representaria” qualquer *So*. Essa radicalização fez com que Benveniste discutisse tal conceito e o rebatesse, concluindo que “o signo elemento primordial do sistema lingüístico, encerra um significante e um significado cuja ligação deve ser reconhecida como necessária”¹⁶. O que Benveniste mostrou é que no signo a relação entre *significante* e *significado* só é arbitrária em relação a uma realidade objetiva e não ao *conceito*, pois esse último e a imagem acústica foram “juntos impressos no meu espírito”¹⁷.

Entretanto, em uma outra passagem de sua obra, Saussure “ênfatiza e relaciona o arbitrário do signo com sua natureza intersubjetiva/social, desautorizando uma relação de livre arbítrio”¹⁸, e percebe a impossibilidade de se mudar um significante devido ao peso imposto por uma herança social. Nesse momento, é o signo que Saussure problematiza,

¹⁴ SAUSSURE, 1971, p.80.

¹⁵ SAUSSURE, 1971, p.81.

¹⁶ BENVENISTE, 1991, p.59, I.

¹⁷ BENVENISTE, 1991, p.59, I.

¹⁸ PAZ, 2005, p.27.

afirmando: “aprofundando a questão, vemos que, de fato, a própria arbitrariedade do signo, põe a língua ao abrigo de toda tentativa que vise a modificá-la”¹⁹, instituindo, assim, a noção clássica de sentido.

Para nosso trabalho, interessa reforçar que o signo é arbitrário porque ele não é autônomo, pois as unidades lingüísticas têm uma identidade inteiramente relacional. Visto dessa forma, o signo assumirá seu *valor* dentro do sistema lingüístico, pois “é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de um som com certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte”²⁰. Segundo Benveniste, a linguagem não permite ser dividida, mas decomposta em suas unidades e elementos de base em número limitado, diferentes entre si, e com possibilidades de se agrupar para formar novas unidades e, consecutivamente, outras de complexidade cada vez maior.

O conceito de *valor* é, teoricamente, o eixo da teoria de Saussure, sendo, portanto, o resultado das oposições, dos contrastes entre signos, das relações de associação ou *parassintagmáticas* e das relações combinatórias, *sintagmáticas*. A respeito desse tema, em outro momento Saussure explicita que “considerada de qualquer ponto de vista, a língua não consiste em um conjunto de valores *positivos* e *absolutos*, mas de um conjunto de valores *negativos* ou valores *relativos* que só tem existência pelo fato de pura oposição”²¹.

Desse ponto de vista, o *significado* de uma palavra estabelece uma relação semiótica entre linguagem/mundo, não podendo mais ser interpretada apenas como uma referência imediata. A análise saussuriana do signo lingüístico, portanto, implica o pensamento aristotélico que fundamenta os Tópicos que, por sua vez, é centrado na questão da sinonímia. Para o filósofo grego, o sentido de um termo ou expressão estava também

¹⁹ SAUSSURE, 1971, p.87.

²⁰ SAUSSURE, 1971, p.132.

²¹ SAUSSURE, 2002, p. 77.

interligado a um processo de associação através do qual a sinonímia constitui a matriz de outros sentidos. Em tais situações, a questão da sinonímia apareceria dissociada das categorias, visto que o objetivo de Aristóteles era o de relacionar a linguagem (ou o discurso dialético) ao pensamento estruturador dos sentidos, expressando, assim, a essência da ação lingüística.

Semelhante raciocínio aparece na definição saussuriana do signo lingüístico estreitamente vinculado à noção de *valor*, que delimita uma realidade lingüística cuja essência ancora-se na existência da possibilidade paradigmática de um signo reportar-se a outros signos do sistema, criando uma rede de interconexão semântica. Desse modo, é criada uma densa trama de relações que interligam os termos entre si, e produzem conceitos expressos por aqueles mesmos termos. A esse respeito, Guiraud tece a seguinte consideração:

O sentido, tal como nos é comunicado no discurso, depende das relações da palavra com as outras palavras do contexto, e tais relações são determinadas pela estrutura do sistema lingüístico. O sentido, ou antes, os sentidos de cada palavra, são definidos pelo conjunto dessas relações, e não por uma imagem da qual ele seria o portador. O termo “sentido” encontra assim a sua etimologia, já que ele significa “direção”, orientação para outros signos.²²

Essa percepção da composição do signo e de suas relações internas nos coloca no início de um percurso que resultará em uma apreensão mais completa do todo complexo que é o sentido. Através da noção saussuriana de *valor*, foi possível vislumbrar o início do estudo dos signos em uso, suas relações, sua execução, seu executores. Assim, por essa reflexão a respeito do valor das unidades lingüísticas, podemos dizer que talvez tenha sido por uma

²² GUIRAUD, 1972, p.27.

questão de conjuntura teórica que Saussure não nos deixou nenhuma teoria sobre o discurso. Entretanto, em sua obra, apontou-nos diversas vezes tal possibilidade:

Todo estudo de uma língua como sistema, ou seja, de uma morfologia, se resume, como se preferir, no estudo do emprego das formas ou no da representação das idéias. O errado é pensar que há, em algum lugar, formas (que existem por si mesmas, fora de seu emprego) ou, em algum lugar, idéias (que existem por si mesmas, fora de sua representação).²³

²³ SAUSSURE, 2004, p.32.

Para além das determinações do sentido

A oposição estabelecida entre *língua e fala* é a instância na teoria saussuriana em que o sentido pode ser percebido além de suas determinações de forma. Se se pensar o signo como um limite inferior da significação, ou seja, se considerarmos que antes dele não há significação, cabe-nos “tentar ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante”²⁴.

O sentido, então, quando visto para além de suas determinações, nos possibilita perceber seus elementos inseridos em outro nível (*uso*) e nos faz reconhecer a desconfiança criada em relação aos estudos sobre o tema, pelo fato de que as manifestações do sentido seriam mais livres, fugidias e imprevisíveis. Dessa maneira, assumir o *uso* como novo paradigma significa não mais perceber o sentido enquanto um estudo fixado nas definições do signo. Agora é a noção de semântica que apontará essa nova perspectiva de estudo do sentido. Isto quer dizer que é preciso perceber o signo como pertencente a um sistema em funcionamento, em movimento, organizando e desorganizando possibilidades de sentidos.

Contrariamente a Saussure, Hjelmslev postula uma teoria lingüística estruturada no pressuposto da linguagem. Em parte, segue a dicotomia saussuriana So/Se, e estipula para a realidade lingüística dois tipos de substâncias: a *substância da expressão* (significante saussuriano), e a *substância do conteúdo* (semântica).

Nessa teorização, Hjelmslev coloca em segundo plano o processo de significação em detrimento do sentido, o que posteriormente o autor define como *plano do conteúdo*. Semelhante processo vincula-se ao princípio de que a *substância do conteúdo* desdobra-se

²⁴BENVENISTE, 1991, p.224, II.

em uma *forma do conteúdo*, o que explica os vários sentidos das expressões lingüísticas. Entretanto, o autor não se prende a uma circularidade entre o enunciado lingüístico e sua imediata significação, pois essa é mediada pela experiência do mundo social, ou seja, a *substância do conteúdo* é semantizada ou gramaticalizada na *forma do conteúdo*.

Aqui poderíamos ousar estabelecer certo paralelismo com Saussure, visto que tanto a *substância da expressão* como a do *conteúdo* podem ser equiparadas com o eixo paradigmático/sintagmático saussuriano. Os planos de conceituação e de articulação lingüística são distintos, já que Hjelmslev postula a clássica divisão da dupla articulação da linguagem (morfologia, fonologia), as *figuras*. Por *figura* entendem-se unidades mínimas de significação, sejam elas morfemas, pronomes ou traços semânticos em seu aspecto semiótico, tal como as relações paradigmáticas saussurianas. Desta maneira, Hjelmslev conclui:

A distinção estabelecida por Saussure entre forma e substância, no entanto tem uma justificativa apenas relativa, isto é, ela só é legítima do ponto de vista da linguagem. “Forma” aqui significa forma lingüística, e “substância”, como vimos, substância lingüística ou sentido.²⁵

Pensando nesses termos, o autor formula uma hierarquia lingüística baseada no que ele denomina *esquema lingüístico* e *uso lingüístico*, ambos conceituados por sua manifestação. Portanto, poderíamos relacionar o *uso* com a *substância* que, a grosso modo, corresponde à fala saussuriana, estritamente vinculada a um esquema, à forma lingüística.

A referência que fazemos à semântica não é específica a um dos seus vários estudos sobre a significação: semântica formal, estruturalista, gerativista, cognitiva etc. O que interessa dizer é que o passo seguinte no percurso de se pensar o sentido é o estudo semântico. A

²⁵ HJELMSLEV, 1975, p. 82-83.

semântica pode ser definida, de maneira bem geral, como uma disciplina centrada no estudo da significação através de dados fornecidos pelo código da língua, tendo como seu limite inferior os itens lexicais e, como o superior, os enunciados.

Portanto, a significação constrói-se a partir de relações lexicais e sintagmáticas, e, dessa forma, a semântica ainda não é a resposta para a nossa pretendida interpretação do sentido.

Uma análise semântica, ao desconsiderar (sem desconhecer) fatores que extrapolam o enunciado, faz do seu limite superior (o enunciado) o início dos estudos sobre o discurso.

Fato já ressaltado por Mari:

Esta opção teórica (...) resultou num certo compromisso da semântica para abordar apenas um lugar determinado – o interior do sistema – , cuja eficiência descritiva não deve ser descredenciada por força de estágios mais complexos da análise da significação, ainda que as circunstâncias externas (a identidade dos interlocutores, as condições históricas da produção do enunciado, o valor argumentativo nele incorporado) desempenhem um papel fundamental na avaliação do seu sentido.²⁶

Não queremos, com isso, atribuir limites estanques aos estudos semânticos, pois limitar-se ao estudo da frase não quer dizer que necessariamente exclui-se o discursivo ou o social de sua perspectiva, mas que eles fazem parte de um outro tipo de reflexão. E não podemos prescindir desta reflexão num percurso de construção de uma possível teoria do sentido, que acreditamos atingir maior amplitude nos estudos sobre o discurso.

Propondo-nos, então, a discutir os estudos sobre o discurso, fica evidente a necessidade de fazer referência a um dos seus mais importantes precursores, Émile Benveniste.

Benveniste, em sua abordagem teórica, faz preponderar o semântico sobre o semiótico, conduzindo os estudos lingüísticos, dessa maneira, a avançarem sobre o campo do uso da

²⁶ MARI et al, 1999, p.242.

linguagem, do conteúdo não mais somente nas formas, e, “a partir do momento em que a língua é considerada como ação, como realização, ela supõe necessariamente um locutor e ela supõe a situação deste locutor no mundo.”²⁷

A relação linguagem/sujeito, ou seja, a necessidade mútua e a interdependência como condição de existência de ambos é central para Benveniste. Para ele, a linguagem está na natureza do homem e “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a realidade fundamenta a realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego”²⁸.

Desta forma, ao instituímos o sentido como sendo essencialmente linguagem/sujeito/mundo, estabelecemos que a subjetividade está ligada ao exercício da linguagem, e esse exercício não pode prescindir de uma coletividade que estabeleça consensualmente os modos de organização desse mundo. Desta maneira, quando Wittgenstein²⁹ diz que é só no fluxo da vida que as palavras adquirem significado, pois, quando considerado separadamente, o signo parece morto e só recebe seu “sopro vital” no uso, ele quer dizer que a prática humana (social) passa a ser mediadora das relações que formam o sentido.

Essa idéia nos permite dizer que, numa situação de uso, a profusão de signos pode aumentar conforme a necessidade e o arbítrio da sociedade, podendo se adaptar a todas as modificações. Assim, as possibilidades que serão exploradas em uma língua são definidas

²⁷ BENVENISTE, 1991, p.224, II.

²⁸ BENVENISTE, 1991, p.224, II

²⁹ WITTGENSTEIN, 1975.

no uso, pois “toda língua além dos signos efetivamente utilizados, possui uma reserva praticamente inesgotável de possibilidades inexploradas”³⁰

Contudo, o uso é determinado por regras, e estas pertencem a um “pano de fundo” que vai muito além da língua, englobam tanto esta como os participantes (sujeitos), os objetos, as ações humanas e o contexto.

Wittgenstein também dedicou parte de sua obra às regras que determinam o que ele chamou de jogos de linguagem. Através desses jogos percebemos que as regras que definem o uso da linguagem são consensuais, conseqüentemente, não podem existir regras particulares. Desse modo, compreender as regras do uso é um suporte necessário para perceber os sentidos que são formados. O uso é ilimitado e variável, mas, mesmo de modo inconsciente, o sujeito segue as regras sempre, “sem regra uma expressão não existiria e se fossem mudadas haveria um significado diferente”³¹. Mesmo que de uma situação para outra o significado não apresente grandes diferenças, podemos dizer que a *práxis* exerce uma força organizadora que é ao mesmo tempo restritiva e provocadora de sentidos. Essa última promove o nascimento de estratégias do sujeito para se fazer entender, convencer, ou seja, argumentar de maneira geral.

Apesar de não ser nosso objetivo aprofundar nessa teoria, é interessante notar que “seguir uma regra aponta para os pressupostos das relações intersubjetivas. Todavia, apesar de logicamente mais elementar, no nível estritamente pragmático a regra não é anterior a ação”³². Portanto, um conceito geral não pode *a priori* dar conta de todas as aplicações possíveis. Assim, o sentido é visto de maneira discursiva, ou seja, ele só se delinea em *uso*, não antes desse.

³⁰ HJELMSLEV, 1975, p. 222.

³¹ WITTGENSTEIN, 1975, p. 214, v.II

³² SAMPAIO, 2005, p.228.

Essa perspectiva aproxima nossos argumentos a respeito do uso do conceito de *abstração* apresentado por Buysens³³. Para ele, a abstração seria uma maneira de dirigir a atenção para uma característica que é momentaneamente útil reconhecer; ou seja, “isolar pelo pensamento o que não está isolado no objeto do pensamento” é abstrair. Isso nos conduz à dedução de que o uso faz com que fatos sejam comparados ou repetidos de maneira categorizada, isolando, de um todo, aquilo que é *preferível* em uma situação particular.

O que tal fato nos leva a admitir é que a prática social constitui o homem como sujeito, instituindo um agente ativo cuja capacidade criadora pode ser vista como o poder do sujeito de estrategicamente superar limites impostos por algum tipo de obstáculo. Se pensarmos o sentido no âmbito dessa lógica, podemos dizer, em síntese, que o sujeito manipula a linguagem, e é manipulado por ela.

O que fica claro, nessa perspectiva, é que o sujeito só manifesta sua subjetividade na linguagem em uso, e o ato individual de colocar a língua em funcionamento instaura a característica *enunciativa* da comunicação. Esse ato individual introduz um locutor, condição para a enunciação e, ao mesmo tempo, implanta o outro (alocutário):

Cada locutor não pode propor-se como sujeito sem implicar o outro, o parceiro que dotado da mesma língua tem em comum o mesmo repertório de formas, a mesma sintaxe de enunciação e igual maneira de organizar o conteúdo. A partir da função lingüística, e em virtude da polaridade eu:tu, indivíduo e sociedade não são mais termos contraditórios, mas complementares.³⁴

³³ BUYSENS, 1967.

³⁴ BENVENISTE, 1991, p.27, II.

Conceber *ato individual* acarreta até hoje objeções ao modo como Benveniste formulou a teoria da enunciação. Essa objeção se deve ao fato de o autor parecer privilegiar o sujeito em relação ao social, mesmo tendo ele deixado claro que a subjetividade só pode ser entendida a partir de uma *realidade dialética* que abarca indivíduo e sociedade, definindo-os por uma relação mútua.

Assim, consideramos pertinente quando Benveniste diz que “qualquer pessoa pode fabricar uma língua, mas ela não existe, no sentido mais literal, desde que haja dois indivíduos que possam manejá-la como nativos. Uma língua é um consenso coletivo”³⁵. Ou seja, não é possível produzir/compreender sentidos na ausência de sujeitos organizados socialmente. A relação dialógica “eu/tu” passa a ser de extrema importância para a questão da subjetividade. Se extrapolarmos essa colocação, poderemos dizer que não se trata da relação simples de um locutor para um interlocutor, mas da própria relação locutor/mundo, revelando o sujeito em relação a tudo que o rodeia.

Podemos dizer, portanto, que a linguagem possui normas e regras; e essas determinações asseguram o reconhecimento entre os interlocutores de uma comunidade. Porém, essas marcas funcionais só criam sentidos se inseridas num universo social, e é esse universo que media a relação sujeito/mundo/linguagem, pois isso se faz “pelas valorações sociais, pelas significações sociais, pelas avaliações comuns, aos interlocutores socialmente organizados”³⁶. Portanto, entendemos que é a prática social (práxis) que legitima e atualiza o sentido no discurso.

Entretanto, o sujeito benvenistiano não corresponde ao locutor socialmente determinado. Ele é uma instância que marca a capacidade de intersubjetividade, ou seja, de se colocar

³⁵ BENVENISTE, 1991, p.20, I.

³⁶ PAZ, 2005, p.204.

em discurso. É tal fato que nos interessa nesse conceito, pois em virtude da sua capacidade de atualização, ele se desloca de um lugar fixado *a priori* (lingüístico, social, psicológico, antropológico etc.) para o estabelecimento de uma unidade no interior da heterogeneidade. O sujeito, então, “não se trata de uma unidade empírica ou psicológica, mas de uma unidade de função. Quer dizer, o pacote de heterogeneidades é colocado a serviço de uma pretendida unidade do discurso”.³⁷

A unidade de função, acreditamos, não deve ser entendida como unicidade, mas como uma “busca, quase obsessiva, por uma identidade permanente, que Benveniste deslocou do ontológico para um processo histórico de construção contínua da subjetividade/identidade”.³⁸

Essa visão fez com que Paz (2005) denominasse a *práxis* uma das dimensões, ou seja, como parte *essencial* do sentido. Neste trabalho, acreditamos também, como já demonstrado, que ela está intimamente ligada à formação do sentido, mas não em sua *definição* e sim como algo característico dele. Ela é uma *propriedade* do sentido. É ela a mediadora, a “engrenagem” dos pilares sujeito, linguagem, mundo.

A *práxis* seria, nesse contexto, a responsável por estabelecer a relação entre os elementos do sentido para “costurá-los”, possibilitando um processo de atualização constante de tais elementos que promove a característica provisória do sentido, permitindo a possibilidade de mudança. É, portanto, na prática social que o sentido instaura seu caráter provisório, o que nos leva a pensar que o discurso é o lugar onde se instaura o *caráter preferível* do sentido.

³⁷ PAZ, 2005, p.201.

³⁸ PAZ, 2005, p.202.

Não devemos, entretanto, confiar na clareza desses termos: *práxis*, ou prática social, ou valores sociais; cabendo aqui uma melhor delimitação. Quando falamos em *práxis* estamos falando de uma organização de valores sociais, ou seja, “de objetos de acordo que possibilitam uma comunhão sobre modos particulares de agir”³⁹. É o que Aristóteles definia por *opiniões geralmente aceitas*, e que implica, necessariamente, um acordo ou, pelo menos, uma tentativa de acordo entre sujeitos. Voltaremos a tratar desses valores e de como eles são articulados mais adiante.

Essa discussão, desencadeada pelas reflexões benvenistianas, rompem com os limites do enunciado, fazem-nos avançar no percurso através dos estudos sobre o discurso, indispensável para sustentar qualquer ponderação feita a partir desse ponto. Desta maneira, tentamos estabelecer entre os pontos teóricos principais uma relação de identidade e contigüidade: teoria dos signos, semântica, teoria da enunciação e, agora, estudos sobre o discurso.

³⁹ PERELMAN, 1996, p. 85.

Análise do discurso e sentido

A Análise do Discurso (AD) consolidou-se como uma linha de pesquisa que, em primeiro lugar, rompe com o formalismo lingüístico, visto que apresentou seu objeto, o discurso, com o objetivo de ultrapassar os códigos de expressão, cedendo espaço para uma reflexão que leva em conta a intersubjetividade e o aspecto situacional dessa expressão.

A discussão realizada até este momento de nossa pesquisa, demonstra que em relação ao estudo do sentido existem diversos níveis de abordagem cujo referencial teórico é definido de acordo com o “corte” que for feito e o encadeamento das reflexões a respeito da significação.

Ao escolher estudar o sentido no âmbito discursivo, estávamos certos de que era indispensável nos remeter a outros campos dos estudos lingüísticos, já que “de qualquer modo, independente da concepção que a análise do discurso venha assumir, ela não deve ser considerada, em relação a diversos campos conceituais da lingüística, incluindo a semântica, como algo autônomo, senão como uma relação da parte pelo todo.”⁴⁰ E é desta maneira que se deve completar os esforços da disciplina Análise do Discurso em criar estratégias para demonstrar a “validade argumentativa das práticas de linguagem”⁴¹.

O sentido, estudado discursivamente, opõe-se às formulações feitas quando percebido numa perspectiva mais “formal”, porque rompe com uma visão *essencialmente* normativa da linguagem. Desta forma, as operações que associam o signo a um significante e a um significado, juntamente com suas relações sintagmáticas e parassintagmáticas, não podem

⁴⁰ MARI, 1999, p.239.

⁴¹ MARI, 1999, p.240.

mais ser o limite das operações teóricas. Ou seja, no contexto de uma interpretação discursiva, o signo não pode ser mais entendido como limite. Ou, como expressa Charaudeau:

Uma lingüística do discurso integra na sua análise as condições de produção do ato de linguagem e, ao fazê-lo, ela se constrói um objeto multidimensional que opera numa relação triangular entre o *mundo* como real constituído, a linguagem como forma em difração e um sujeito (je/tu) intersubjetivo em situação de interação social.⁴²

Esse objeto multidimensional a que o autor se refere, como já dissemos antes, se delinea como o sentido, e, portanto, só pode ser estudado discursivamente. Dessa maneira, a Análise do Discurso se estabelece como um tipo de análise lingüística que permitiria tal estudo, pois faz valer “outros fatos, específicos ou globais, relacionados ao uso da linguagem, em situações históricas determinadas”⁴³ e por sujeitos ativos nos processos da prática de linguagem.

Sabemos que é impossível reduzir a Análise do Discurso a uma teoria englobante, ou apontar uma teoria que seja dominante. Entretanto, não podemos deixar de lembrar que existe atualmente nos estudos do discurso, como em qualquer outro campo teórico, certa exigência de delimitação da vertente teórica que o pesquisador pretende assumir. Contudo, mesmo sob o risco de parecer que estamos “à deriva”, preferiremos não apontar tal preferência, mas, como já dissemos, acreditamos que nosso trabalho, por se tratar de uma reflexão sobre um possível instrumento de análise, possa servir a diversas vertentes da AD.

É também preocupação de vários analistas a polissemia do termo *discurso*, e tentam a todo custo desvinculá-lo do conceito de texto ou do ato de discursar. Assim, para inserir nossas

⁴² CHARAUDEAU, 1999, p.32.

⁴³ CHARAUDEAU, 1999, p.16.

reflexões sobre o sentido num estudo discursivo, precisamos, primeiro, dizer que o discurso é a expressão por meio da linguagem que se refere a algo, a um mundo que pretende descrever, exprimir ou representar. É, portanto, a partir do discurso, uma *mise en scène* em que os seres humanos apresentam suas idéias, opiniões, noções, etc. Quando fazem isso, atribuem propriedades às coisas, ampliam ou restringem o potencial semântico dos termos e tentam estabilizá-los para servir melhor às práticas sociais nas quais estão inseridos, criando sentido, validando argumentos e aumentando sua eficácia.

Quando analisamos discursos, explicitamos, entre outras coisas, as estratégias de produção de sentido. Entretanto, os estudos sobre o discurso têm atribuído pouca importância a reflexões sobre o sentido. Uma prova dessa desatenção é a ausência dos verbetes *sentido*, *significado* ou *significação* no dicionário de referência da AD⁴⁴. Contudo, acreditamos que, ao estabelecer reflexões a respeito daquilo que se procura nos discursos, fortaleceremos a análise e, mais ainda, criaremos mecanismos de produção de discursos.

A síntese de nossas reflexões acerca do sentido revela que ele se compõe por determinações lingüísticas, não prescinde de um consenso entre interlocutores, e é no emprego, ou seja, na prática social, que são definidas as regras de sua produção, não antes. Mas o sentido, como vimos, é fluido, de difícil apreensão. Como estudá-lo de um lugar que nós mesmos estabelecemos como provisório, acidental? Como Maingueneau⁴⁵ nos aponta, estamos num terreno onde a relação social é, desde o início, linguagem. Mas como pensar em *discurso* ao mesmo tempo em que nos remetemos a posições não discursivas?

⁴⁴ CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004.

⁴⁵ MAINGUENEAU, 1998, p.14.

A resposta a essas questões está nos *predicáveis* aristotélicos, nos quais transparece o sentido, da maneira como nós o definimos, analisado discursivamente. Nós utilizamos os predicáveis *definição, propriedade, gênero e acidente* para esclarecer o que determinamos por *sentido* nos nossos estudos. Da mesma maneira, eles serão utilizados também para esclarecer como o sentido é estabelecido no discurso.

Uma das ligações que os *predicáveis* estabelecem com a Análise do Discurso se dá através dos estudos semânticos, outra é através dos estudos sobre argumentação. A primeira ocorre quando é necessário categorizar uma palavra para perceber as estratégias discursivas; a segunda se dá quando, através dos argumentos utilizados, podemos perceber certas operações discursivas.

Nosso interesse pelos *Tópicos* se justifica no momento em que notamos a importância dos *predicáveis* para o estudo do sentido e, quando usados como um método de análise, explicitam esse imbricamento entre a Semântica e a Análise do Discurso. Reconhecemos, assim, tanto operações entre propriedades lexicais, que engendram no plano do enunciado, quanto outras operações que extrapolam a esfera sistemática da língua.

Acreditamos que devemos usar métodos complementares para trazer à tona os “acordos semânticos” entre interlocutores e, ao mesmo tempo, mapear as estratégias argumentativas empregadas pelos interlocutores. Entretanto, não queremos, com isso, dizer que os predicáveis aristotélicos possam ser instrumentos de Análise do Discurso. Mas queremos deixar claro que, da maneira com a qual nos apropriamos deles, os predicáveis, acreditamos, apresentam-se como instrumental extremamente útil no contexto de análise, que é o de se acionar estratégias de produção de sentido. Semelhante posicionamento encontra-se em Gadet, ao afirmar:

Cada vez que um instrumento ou experimento é transferido de um ramo de ciência para outra, este instrumento ou este experimento é de algum modo reinventado, tornando-se um instrumento ou experimento desta ciência em particular ou deste ramo particular de ciência.⁴⁶

Não é mais possível, portanto, conceber a AD como uma abordagem única e fechada, fixada em uma só metodologia, em um só tipo de *corpus* e articulando-se com uma só grande escola, pois se dedica ao discurso. Por esse ser um objeto, o discurso, tão heterogêneo, reconhecemos, como afirma Mangueneau (1995:5): “Não há um acesso único ao discurso, mas uma multiplicidade de aproximações governadas por preocupações variadas”⁴⁷.

⁴⁶ GADET, 1997, p.17.

⁴⁷ Tradução livre do original “qu’il n’y a pas d’accès unique au discours mais une multiplicité d’approches gouvernées par des préoccupations très variées”.

CAPÍTULO II

PREDICÁVEIS E DISCURSO

*Inútil querer me classificar: eu simplesmente escapulo,
não deixando, gênero não me pega mais.*

Clarice Lispector

Os Tópicos

Antes de iniciarmos nossa discussão acerca das categorias predicativas aristotélicas, julgamos conveniente estabelecer algumas considerações a respeito do pensamento grego. Werner Jaeger, historiador da cultura grega, ressalta a importância e o aspecto distintivo do pensamento grego em relação aos outros povos da Antiguidade. A esse respeito, afirma:

O Helenismo ocupa uma posição singular. A Grécia representa, em face dos grandes povos do Oriente, um “progresso” fundamental, um novo estágio em tudo o que se refere à vida dos homens na comunidade. Esta fundamenta-se em princípios completamente novos. Por muito elevadas que julguemos as realizações artísticas, religiosas e políticas dos povos anteriores, a história daquilo que podemos com plena consciência chamar de cultura, só com os gregos começa.⁴⁸

O autor ressalta que a singularidade do pensamento e da cultura grega residiam na importância que aquele povo atribuía à educação e ao adestramento do intelecto. Esse “salto” na mentalidade do mundo antigo revelou um sentimento arraigado de coletividade, ao mesmo tempo em que o individualismo impunha-se como força estruturante de uma nova mentalidade baseada na consciência e na razão, o que consistia a “*paidéia*” grega.

⁴⁸ JAEGER, 1979, p. 4.

Ao discutir a gênese e a essência do pensamento grego, Jaeger situa o individualismo social grego (o *logos*) na mesma “linha da liberdade do individualismo moderno”⁴⁹, ambos fundamentados no sentimento da dignidade humana. Portanto, “o homem é o centro do pensamento”⁵⁰, sendo que o povo grego é o povo filosófico por excelência. O espírito grego delineava o mundo na perspectiva de uma integração da parte com o todo, ordenado em uma concepção orgânica do espírito e da realidade na qual a consciência individual sedimentou uma razão dialética da natureza humana e da estrutura social. Esse ideal do homem, esse pensamento metafísico, aparece em Aristóteles e, na particularidade dos *Tópicos*, podemos perceber um pensamento imbuído de uma interpretação ética e espiritual do mundo.

O tratado dos *Tópicos* faz parte dos escritos lógicos aristotélicos, que receberam a denominação genérica de *Órganon* (instrumento). Este compreende também os tratados das *Categorias*, da *Interpretação*, *Analíticos Anteriores*, *Analíticos Posteriores* e *Refutação Sofísticas*.

O volume conceitual e teórico desse conjunto é extenso, sem falar de sua complexidade. A começar pelas dúvidas em relação à escolha da ordenação dos tratados dispostos em *Órganon*. Devemos confessar que essa pesquisa não abarca toda a discussão levantada sobre os tratados lógicos do estagirita. Mesmo se fosse esse nosso objetivo, uma reflexão aprofundada sobre o conteúdo da obra mereceria e nos obrigaria a dispor de mais tempo, espaço e experiência.

No que se refere aos nossos interesses mais centrais, cabe ressaltar que o tratado das *Refutações Sofísticas* é geralmente considerado o nono livro dos *Tópicos* ou seu apêndice.

⁴⁹ JAEGER, 1979, p. 9.

⁵⁰ JAEGER, 1979, p. 13.

Diz-se também da possibilidade de o tratado *Tópicos* ser anterior aos *Analíticos* (Anteriores/Posteriores)⁵¹, colocando-o, assim, em seqüência ao tratado da *Interpretação*.

Essa suposta organização reforça uma possível “identidade de passagem” entre os três tratados assim dispostos: *Categorias*, *Interpretação* e *Tópicos*. Que todos os tratados possuem certa identidade, o título já prevê, mas, colocados nesta ordem, eles ressaltariam uma seqüência lógica do tratamento de seus princípios, desde uma importância dada à percepção de expressões isoladas, como parte importante de um conjunto mais complexo, até a relação estabelecida entre elas. Ou seja, iniciando uma reflexão a partir dos termos isolados até as noções por eles desencadeadas. Vejamos o que nos diz Aristóteles:

Os sons emitidos pela fala são símbolos das paixões da alma, [ao passo que] os caracteres escritos [formando palavras] são os símbolos dos sons emitidos pela fala. Como a escrita, também a fala não é a mesma em toda parte [para todas as raças humanas]. Entretanto, as paixões da alma, elas mesmas, das quais esses sons e caracteres escritos (palavras) são originalmente signos, são as mesmas em toda a parte [para a toda humanidade], como são também os objetos dos quais essas paixões são representações ou imagens.⁵²

Portanto, a identidade que mencionamos se deve ao fato de que os Tratados versariam sobre três momentos para se chegar do decomposto ao composto. O primeiro tratado, *Categorias*, dedica-se ao detalhamento de expressões sem combinação umas com as outras, demonstrando que, desta maneira, significariam por si mesmas uma *categoria*⁵³.

Antes de mencionar o segundo momento, vale ressaltar que, apesar das controvérsias de se supor que as *categorias* só serviriam como respostas a perguntas feitas num contexto específico, por exemplo: O que é isto? Um homem. O que é um homem? É um animal. O

⁵¹ ARISTÓTELES, 2005, 347.

⁵² ARISTÓTELES, 2005, 81.

⁵³ Substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, estado, hábito, ação e paixão.

que é um animal(...), o que interessa dizer é que a relação entre as *categorias* se dá através da predicação, ou seja, atribuir uma a outra: uma qualidade ou uma quantidade a uma substância, etc.

Em seqüência, o tratado da *Interpretação* apresenta a tese de que palavras isoladas não teriam nenhum *juízo* (verdade/falsidade), ou seja, sem predicação um termo só significa alguma coisa por mera convenção. O juízo só pode ser estabelecido em uma sentença, pois “a sentença é fala dotada de significação, sendo que esta ou aquela sua parte pode ter um significado particular de alguma coisa, ou seja, que é enunciado, mas não expressa uma afirmação ou negação”⁵⁴. Por exemplo, a palavra *homem*, sozinha, encerra um significado, mas não nega nem afirma, precisa que se predique algo dela para que possa afirmar ou negar algo.

O próximo passo, então, seria sistematizar os *predicáveis* desenvolvidos nos *Tópicos*. Este será, portanto, o terceiro momento que enunciamos, central para nossa pesquisa.

A primeira providência é a distinção entre dois tipos de raciocínios: dialético e apodíctico. O primeiro comporta argumentações contrárias, porque suas premissas são meras opiniões sobre coisas ou fatos possíveis ou prováveis. São usados numa discussão entre opiniões contrárias que oferecem argumentos contrários, prevalecendo o argumento persuasivo. E o segundo, o apodíctico, não admite premissas contraditórias. Suas premissas são universais e necessárias, e sua conclusão não admite discussão ou refutação, é raciocínio demonstrativo.

⁵⁴ ARISTÓTELES, 2005, p. 84

Aristóteles apresenta instrumentos lógicos, neste caso dos *Tópicos*, para potencializar argumentos não *demonstrativos*⁵⁵, ou seja, seu objetivo é trabalhar com argumentos que se baseiam nas opiniões de circulação social (*doxa*), como diz o filósofo, “opiniões geralmente aceitas”, e dedicar-se, neste momento, a proposições que são aceitas ou tenham por base o verossímil. Aristóteles privilegiará a argumentação dialética, como ele próprio ressalta no início dos *Tópicos*:

Nosso tratado se propõe encontrar um método de investigações graças ao qual possamos raciocinar, partindo de opiniões de aceitação geral, acerca de qualquer problema que se apresente diante de nós, e nos habilite, na sustentação de um argumento, a nos esquivar da enunciação de qualquer coisa que o contrarie.⁵⁶

O estagirita nos apresenta também para quais fins esse tratado é útil:

1. Para o adestramento do intelecto;
2. Para as disputas casuais;
3. Para as ciências filosóficas.

O primeiro diz respeito a um plano de investigação que capacitaria o debatedor para argumentar mais facilmente sobre o tema proposto. O segundo fim é útil porque “depois de havermos considerado as opiniões defendidas pela maioria das pessoas, nós as enfrentaremos não nos apoiando em convicções alheias, mas nas delas próprias”⁵⁷, e assim abalaríamos qualquer argumento mal formulado. A utilidade para as ciências filosóficas diz respeito à capacidade de suscitar dificuldades significativas sobre ambas as faces de um assunto, permitindo, então, perceber a verdade e o erro nos diversos pontos e questões que

⁵⁵ Argumentos de certeza.

⁵⁶ ARISTÓTELES, 2005, 347.

⁵⁷ ARISTÓTELES, 2005

surgirem. Esta última, entretanto, não faz parte do interesse desta pesquisa; as discussões aqui desenvolvidas se aproximarão mais das duas primeiras⁵⁸.

Ao iniciar a construção de seu método, Aristóteles condiciona suas investigações a três princípios:

1. Compreender a respeito de quantas coisas se argumenta;
2. De que materiais partem os argumentos;
3. De que maneira podemos estar bem supridos desses materiais.

Para cumprir tais condições, o estagirita nos apresentará os instrumentos dialéticos:

1. Prover-nos de proposições;
2. Ter a capacidade de discernir em quantos sentidos se emprega uma determinada expressão;
3. Descobrir as diferenças das coisas e investigar as semelhanças.

Não se pode deixar de notar que tais instrumentos são de natureza lingüística ou têm como mediadora principal a linguagem. Deste modo, eles serão de grande valia para um estudo da produção de sentido. Utilizando-os, podemos esclarecer as operações realizadas para estabelecer identidades, diferenças etc; mas, ao contrário do filósofo, não podemos lhes atribuir juízo (verdade/falsidade) e sim apreender as estratégias para se produzir determinado sentido.

Porém, só se apreende esses instrumentos fazendo-se uso da “tábua” dos predicáveis. Aristóteles afirma que toda proposição dialética diz respeito a uma *definição*, ou a uma

⁵⁸ Para saber mais a respeito da utilidade do Tratado para as ciências filosóficas, ver PEREIRA, Oswaldo Porchat. *Ciência e dialética em Aristóteles*. São Paulo: UNESP, 2001.

propriedade, ou a um *gênero*, ou a um *acidente*. Entretanto, compreender essa tábua não é algo simples, por vários momentos nos deparamos com explicações e descrições extensas e complexas que nos fazem perder a clareza.

Desta forma, não podemos deixar de citar a *Isagogê*, ou Introdução, de Porfírio, que, como o nome diz, introduz de maneira esclarecedora as noções por vezes áridas descritas nos *Tópicos*, tornando mais acessível o labirinto do *Órganon*. Contudo, isso não basta para a apresentação da *Isagogê*. Esta obra perpassa a história das idéias tocando no célebre problema dos universais, questões estas que chamaram a atenção dos estudiosos.

Pode-se dizer, em verdade, que, graças a Porfírio, por intermédio de seu tradutor Boécio, os princípios da lógica peripatética e também do renascimento da filosofia de Aristóteles se tornaram correntes no pensamento ocidental:⁵⁹

Foi incontestavelmente graças a Boécio, ao enorme prestígio e influência de que gozaram as suas obras durante toda a Idade Média, que, como iniciação ao estudo do *Órganon* do estagirita, a *Isagogê* de Porfírio foi comentada em todas as escolas do mundo ocidental.⁶⁰

Não há como negar a projeção que a *Isagogê* teve nesta época, assim como a polêmica que provocara, principalmente por ser obra de um autor que, por vezes, se manifestava contra o pensamento da igreja⁶¹. Podemos ter uma idéia dessa polêmica na passagem abaixo, retirada de uma *Isagogê* criada a partir da porfiriana:

Já não me refiro a numerosos temas do seu livrinho que são supérfluos(...) por tal desejo os nossos [irmãos jesuítas] manifestaram o desejo de que eu compusesse uma nova *Isagogê*, a

⁵⁹ PORPHYRE, 1984, p. 7.

⁶⁰ FONSECA, 1965, p. XII.

⁶¹ É incontroverso que tenha atacado o cristianismo; um exemplo é o seu *Tratado contra os cristãos*.

qual fosse tão mais substancial quanto a doutrina e mais exacta no que respeita a verdade(...) de onde esperavam resultasse também como efeito fosse banido das escolas de filosofia cristã o livro do pérfido desertor da fé cristã.⁶²

Ter sido censurado pela igreja, naquela época, e ainda assim cruzado culturas e mais culturas, só prova que as idéias peripatéticas geraram um interesse enorme entre os estudiosos de vários cantos do mundo.

⁶² FONSECA, 1965, p. 9.

Os Predicáveis

Aristóteles empreendeu nos *Tópicos* suas formulações dialéticas, tratando sempre da relação dos conceitos entre si. Segundo Aristóteles, a dialética é a arte de raciocinar não por premissas verdadeiras, mas por premissas verossímeis. Ou seja, se duas hipóteses contrárias se sustentam em duas séries contrárias de argumentos, é a comparação desses argumentos que se denomina dialética.

Deste modo, Aristóteles apresentará o raciocínio dialético, que teria por definição se mover a partir de premissas cuja veracidade não é estabelecida previamente, mas que são somente prováveis. Aristóteles condicionava a validade do raciocínio a uma categorização lógica, realizada através dos predicáveis.

Não faremos aqui um inventário extenso sobre a atribuição dos diferentes *predicáveis*, assim como é feita pelo autor. Como Aristóteles estava criando um tratado lógico para adestrar o raciocínio e melhorar o uso dos argumentos, ele descreveu exaustivamente as formas lógicas de se argumentar e contra-argumentar a partir dos predicáveis. Este não é nosso objetivo, e vale reafirmar que nossa intenção é empregar a conceituação aristotélica para estabelecer uma maneira possível de se apreender estratégias de produção de sentido, pois acreditamos que os predicáveis podem ser usados discursivamente. Portanto, concentraremos nossas discussões não nos pressupostos filosóficos das categorias, mas em suas articulações semântico-discursivas passíveis de acionar processos argumentativos.

Desta maneira, analisaremos os *predicáveis*, cuja descrição terá como fundamento a discussão aristotélica, não sendo apenas uma rerepresentação do conteúdo dos *Tópicos*, pois

nos permitiremos acrescentar observações mais ligadas aos nossos objetivos. Nesse tratado, os predicáveis são apresentados numa ordem⁶³ que também preferimos inverter.

Devemos, antes de tudo, chamar a atenção para uma relação de contigüidade entre os predicáveis, principalmente, entre a *definição*, a *propriedade* e o *gênero*. A lógica entre eles se dá na transição, quando dispostos na ordem acima, do mais específico para o mais amplo. Contudo, retornaremos a esse aspecto mais adiante, após a apresentação dos mesmos.

Cabe aqui uma definição melhor de *espécie*. Usaremos o significado mais empregado que é aquele que toma a *espécie* como atributo subordinado a algum *gênero*. Assim, todos os atributos que pertencem à espécie pertencem também ao gênero, segundo Aristóteles: se o homem é bom, o animal também deverá ser bom.

Antes de começarmos a apresentar os predicáveis, é necessário dizer que eles derivam, ou partem sempre de uma categoria primeira que é a *substância*. A *substância*, na concepção do universal, demonstra não a *verdade*, mas a possibilidade de desdobramento e de abstração desse todo absoluto, apontando como refazer o caminho do conhecimento. É exatamente esse desdobramento da substância, que se dá através dos predicáveis, que constitui a negatividade que leva à razão dialética: “Assim como Aristóteles mesmo determina a natureza como agir de acordo com um fim, o fim é o imediato, o que está em repouso, o imóvel que é ele próprio motor e, desta sorte, é sujeito”⁶⁴. Devemos, também, nos lembrar de que a predicação clássica é dada pela fórmula $S \epsilon P$; isto quer dizer que S é sujeito e P um tipo de predicado atribuído a S; procedimento primário de racionalização que utilizamos para formar conceitos.

⁶³ Seqüência que se encontra na obra: Livros II e II descrevem o acidente; Livro IV o gênero; Livro V propriedade e Livros VI e VII definição.

⁶⁴ HEGEL, 1992, p. 14.

Desta forma, poderíamos aqui, por uma relação de associação, presumir que o mecanismo de pensamento aristotélico também encontra sede na reflexividade dialética que parte do universal de uma substância e se desdobra no particular da essência.

Definição

Pois bem, durante nossa vivência, aprendemos apropriadamente a linguagem, através de nossas leituras, observando e imitando o comportamento lingüístico dos indivíduos a nossa volta. Ao conhecer novas palavras, ampliamos nosso vocabulário, entretanto, também sabemos que o significado de um termo pode variar, podemos nos deparar com ambigüidades ou com mudanças de significado.

Portanto, vamos nos dar o direito de relatar uma história para exemplificar os meandros do raciocínio que estabelece a conceituação de cada predicável. A possibilidade constante de mudança, ou seja, a percepção de que nada no mundo é fixo, de que tudo está em constante transformação, fez Heráclito proferir a célebre frase: *o mesmo homem não se banha duas vezes no mesmo rio*. Ele quis dizer que o *homem*, depois do primeiro banho, se modificou, e o *rio* também. Porém, com o intuito de provar que tudo estava em constante movimento, ele não ponderou que o *homem*, mesmo tendo se modificado, não exclui o fato de ele continuar sendo essencialmente *homem*, e o *rio*, essencialmente *rio*.

Raciocinando nesses termos, Aristóteles diz que a *definição* é uma frase que revela a essência daquilo que se predica, pois “mostrar que as coisas são idênticas não basta para estabelecer uma definição. Demonstrar, por outro lado, que não são idênticas, é suficiente

para lançá-la por terra”.⁶⁵ A definição, portanto, na lógica dos predicáveis, é o patamar máximo de singularidade de algo. “A definição é afirmada ou como uma frase empregada no lugar de um termo, ou como uma frase empregada no lugar de uma frase, pois é também possível definir algumas coisas indicadas por uma frase”⁶⁶. Vejamos o texto abaixo:

Toda virtude se encerra na justiça e só é nobre quem é justo. (Sólon)
– A única coisa que resta ao Homem verdadeiramente nobre, se prescindirmos das suas riquezas, é a riqueza interior, isto é, a arete; e esta poucos possuem. (comentário de Werner Jaeger)⁶⁷

O argumento acima, apresentado dessa forma, foca suas atribuições na *definição*, restringe conceitos, delimita conclusões, cria o raciocínio lógico e conceitua virtude e nobreza. O autor da frase, Sólon, restringe a *virtude* à *justiça* e exclui da atribuição possíveis propriedades, gêneros etc., colocando seu dizer nos limites da essência. Dessa maneira, se assim definido, todo *nobre* é virtuoso e essencialmente justo, já que nobreza, neste argumento, exclui atributos como riqueza e poder que são disposições (geralmente aceitas) para se identificar algo nobre. Porém, no âmbito da perspectiva dialética, considerando-se os predicáveis, se analisarmos tal proposição, descobriremos logo maneiras de contestá-las, por exemplo, expandindo sua atribuição para além de suas especificidades.

⁶⁵ ARISTÓTELES, 1978, p.110

⁶⁶ ARISTÓTELES, 1978, p.351.

⁶⁷ JAEGER, 1979, p. 186.

Propriedade

A *propriedade* é aquele *predicável* que revelará as peculiaridades próprias daquilo que se categoriza. Embora não se indique uma essência, pertence exclusivamente a ela. No argumento acima apresentado, é próprio da *virtude* a *justiça*, sendo atributo desse predicável a conversibilidade, ou seja, a possibilidade de alternâncias lógicas; pois da maneira como o argumento foi apresentado, podemos dizer que ser virtuoso é ser justo e ser justo é também uma virtude. Por isso, se as propriedades não forem expressas de maneira clara, não será possível perceber a atribuição de um predicado. Vejamos o pensamento abaixo:

É sabido que os homens aspiram à honra para assegurar o seu valor próprio, a sua Arete. Deste modo, aspiram a ser honrados pelas pessoas sensatas que os conhecem, e por causa do seu próprio e real valor.
(Aristóteles)

– Intimamente ligada à Arete está a honra. Nos primeiros tempos era inseparável da habilidade e do mérito. Segundo a bela explicação de Aristóteles a honra é a expressão natural da idéia não consciente ainda para chegar ao ideal de Arete, a que aspira. (comentário de Werner Jaeger) ⁶⁸

Neste exemplo, Aristóteles estabelece como próprio do homem aspirar à honra. Ao proceder desta maneira, o estagirita apresenta um ideal do que seria particular ao homem; ou seja, honra e valor se predicam conversivelmente. Um exemplo disso é considerar que uma propriedade do homem é sua capacidade de aprender gramática. Se é capaz de aprender gramática, é homem.

⁶⁸ JEAGER, 1979, p. 28.

Devemos ter em vista a atribuição da propriedade como relacional, ou seja, é próprio ao homem ser bípede em relação aos quadrúpedes, mas não às aves. Isto quer dizer que a propriedade pode ser atribuída à espécie como um todo, por exemplo, quando homem é apresentado como espécie do gênero animal, é próprio dele a racionalidade, mas bípede não, a exemplo do que foi dito anteriormente. Entretanto, se homem for apresentado como *definição de João*, a *propriedade* se atribui não da espécie, mas somente da parte dela, por exemplo, ser gago.

Gênero

Quanto ao *gênero*, ele é sempre predicado mais amplamente, isso faz com que vários atributos pertençam ao mesmo gênero, “como, por exemplo, do homem seria apropriado dizer ‘é um animal’. Com efeito, ao afirmar que animal é o gênero do homem assim como do boi teremos afirmado que eles pertencem ao mesmo gênero”⁶⁹. Pela lógica, não se pode atribuir um gênero a único atributo, pois o gênero mantém com seus atributos uma identidade de essência. Entretanto, contrários podem também fazer parte do mesmo gênero, a não ser que exista um contrário do próprio gênero. Agora, se algum atributo e seu contrário não fizerem parte de nenhum gênero, são eles, cada um, gêneros, como, por exemplo, “bem” e “mal”. Analisemos o seguinte trecho:

É mudando que repousa. A vida e a morte, a vigília e o sono, a mocidade e a velhice são, no fundo, uma e mesma coisa. Uma transforma-se na outra, e esta volta a ser o que era primeiro. Se alguém me escutou, não a mim mas ao meu logos, então sentirá que é sábio afirmar que todas as coisas são uma. (HERÁCLITO)

⁶⁹ ARISTÓTELES, 1978, p.111.

– Todo “processo” do mundo é uma troca. A morte dum vida é sempre a vida de outra. É um eterno caminho, ascendente e descendente. (comentário de Werner Jaeger)⁷⁰

Percebe-se que raciocínio se articula fazendo uso do predicável *gênero*. A aproximação dos contrários *vida e morte; vigília e sono; mocidade e velhice* ocorre pela atribuição desses elementos como pertencentes ao mesmo *gênero: processo*. Desta forma, é permitido apresentá-las como semelhantes, aparentadas ou genericamente idênticas, como parece ser a intenção explícita no trecho *são, no fundo, uma e mesma coisa*.

Até esse momento, revela-se entre esses três predicáveis apresentados, entre outras, uma função em comum: tratar de uma possível identidade entre elementos. Portanto, só podemos dizer que algo é idêntico a ele mesmo. Entretanto, Aristóteles separa a natureza da identidade em três:

- ◆ Identidade numérica: quando há mais de um nome para uma mesma coisa. Por exemplo: manto e túnica;
- ◆ Identidade específica: quando, como o próprio nome diz, a identidade se dá pela espécie, como, por exemplo, dois homens são idênticos especificamente, ou seja, pertencem à mesma espécie;
- ◆ Genericamente idênticas: como já exemplificado, esse tipo de identidade se dá quando há um traço definatório em comum entre elementos.

Porém, o objetivo dos predicáveis não é provar tal identidade entre elementos, e sim criar tais possibilidades de aproximações e relações. Daí, chamamos a atenção para o fato do provisório de quarto predicável.

⁷⁰ JEAGER, 1979, p. 221.

Acidente

Enquanto os três primeiros predicáveis, de certa forma, traçam fronteiras significativas em uma atribuição, o *acidente* aponta para o possível, ou seja, para o além de limites estabelecidos.

Quando digo “Alice cresce” quero dizer que ela se torna maior do que era. Mas por isso mesmo ela se torna menor do que é agora. Sem dúvida não é ao mesmo tempo que ela é maior e menor. Mas é ao mesmo tempo que ela se *torna* um e outro. Ela é maior agora e menor antes. Mas é ao mesmo tempo, no mesmo lance, que nos tornamos maiores do que éramos e que nos fazemos menores do que nos tornamos. (...) pertence à essência do devir avançar, puxar nos dois sentidos ao mesmo tempo (...) o bom senso é a afirmação de que, em todas as coisas, há um sentido determinável; mas o paradoxo é a afirmação dos dois sentidos ao mesmo tempo.⁷¹

O *acidente* atribui as características provisórias, situacionais, que podem pertencer a algo e deixar de pertencer, sem que esse algo perca suas marcas essenciais. Esse predicável é o responsável por permitir *o possível* e as relativizações. E é por isso, por possuir uma categoria como o *acidente*, que acreditamos que os predicáveis, a despeito de ser um tipo clássico de categorização, são passíveis de circunscrever a transitoriedade dos atributos que eles categorizam. Entretanto, se atentarmos para o trecho abaixo, veremos que, se tomados de maneira isolada, podem ser passíveis de algumas contestações:

por exemplo, para Aristóteles o que faz com que uma entidade possa ser chamada de homem é o fato de ser racional. Por outro lado, se baixo ou alto, rico ou pobre, gordo ou magro são acidentes e, portanto, não entrariam na definição de Homem. Para Aristóteles, portanto, o homem pode ser definido como um animal racional. Os acidentes gordo, rico e baixo não entrariam na definição.⁷² (grifo nosso)

⁷¹ DELEUZE, 1974, p. 1.

⁷² COUTINHO, 2002, p. 37.

Com a citação acima, o autor deseja apresentar os predicáveis aristotélicos como um tipo de categorização que se pretende “comportada”. Ou seja, que não admite ampliações ou relativizações. Entretanto, não podemos confundir as etapas da construção de um pensamento, pois quando o estagirita decompõe o termo *homem* em predicáveis, ele está didaticamente e exaustivamente mapeando atributos básicos a cada um dos quatro predicáveis. O que podemos inferir do trecho citado, é que existem dois significados para o termo definição, conforme a maneira como são empregados na citação. O primeiro está relacionado à categoria aristotélica, que aponta para o essencial, já o segundo (grifo) remete a um outro tipo de atribuição à definição. Entendida da segunda maneira, a observação é pertinente ao apontar o fato de não se fazerem necessários os acidentes “gordo, magro rico ou pobre”. Agora, considerando a *definição* como *essência*, é óbvio que esses outros predicáveis (acidentes) serão sua parte transitória, pois a definição é parte do conjunto de categorias cuja função especifica uma atribuição. Desta maneira, todas as categorias juntas desvelariam uma atribuição de maneira mais contextualizada, não mais como procedimento estritamente lógico.

Para dar seqüência às nossas reflexões, faz-se necessário estreitar as considerações a respeito dos predicáveis em relação aos estudos lingüísticos.

Predicáveis e sentido

O que já foi explicitado, até este momento, diz respeito ao sentido, seu estudo através dos *Tópicos*, e do que deles tentamos extrair para alcançar nossos objetivos. Colocamos-nos, agora, na iminência de aproximar nossa apropriação dos *predicáveis* aos estudos lingüísticos no que tangem ao estudo da significação.

Por diversas vezes, referimo-nos à possibilidade de “mapear” a produção de sentido através dos predicáveis. Porém, nossas reflexões sobre o sentido e sobre os *predicáveis* se deram de maneira, intencionalmente, salvo algumas exceções, separadas. Acreditamos, portanto, que, a partir desse ponto, cabe uma reflexão mais integrada entre *predicáveis* e sentido.

Desta maneira, ressaltaremos alguns “pontos de contato” entre predicáveis e estudos lingüísticos, a começar pelo livro I dos *Tópicos*, que ressalta a importância do estudo das semelhanças e das diferenças:

As diferenças devem ser consideradas em sua relação entre si tanto nos gêneros eles mesmos – exemplo: “No que difere a justiça da coragem, e a sabedoria da moderação?” (uma vez que todas estas pertencem ao mesmo gênero) – quanto também de um gênero para outro, onde sua separação não seja demasiado larga; por exemplo, “No que a sensação difere do conhecimento?”, pois onde os gêneros estão largamente separados, as diferenças são absolutamente óbvias.⁷³

⁷³ ARISTÓTELES, 2004, p.369.

Atentar para as diferenças exige, portanto, *desgeneralizar* os termos, apontando suas particularidades. Esse processo só é possível recorrendo à *definição* ou à *propriedade*. Por exemplo, a maneira de se diferenciar *cachorro* de *pássaro* (que estão no mesmo gênero, *animais*) é ressaltar suas particularidades através da *definição*: *canino*, *ave*; ou da *propriedade*: *quadrúpede*, *bípede*; respectivamente.

Entretanto, examinar as semelhanças requer, segundo o estagirita, maior prática com os gêneros largamente separados, pois descobrir semelhança entre termos de gêneros diferentes não se faz de maneira tão óbvia como acontece em outros casos. Para um exemplo simples, mas esclarecedor, podemos dizer que, apesar de *homem* e *árvore* pertencerem a gêneros diferentes (*animal*, *vegetal*), eles estabelecem semelhança por serem ambos *seres vivos*; ou ainda, estabelecer a similaridade entre enunciados como “a tranquilidade no mar” e “a ausência de vento no ar” por serem uma e outra estados de *quietude* ou *repouso*. Com base nessa lógica, é permitido criar raciocínios hipotéticos, ou seja, fazer valer para todos, que foram agrupados como semelhantes, o que foi atribuído a um deles em particular.

Essas associações, assim como as dissociações, são de grande utilidade quando utilizadas para estabelecer estratégias argumentativas. Devemos ter em mente que, em uma análise discursiva, raramente poderá ser feita essa separação didática do uso dos predicáveis. Entretanto, perceberemos a articulação do semântico por entre os “lugares” argumentativos, na tentativa de estabelecer acordos e validar o dizer.

Não podemos deixar de notar um paralelo entre o raciocínio aristotélico, no estudo das diferenças e semelhanças, e as considerações de Saussure sobre as relações

parasintagmáticas (associação) e contigüidades entre os termos, principalmente a respeito das primeiras:

As palavras que oferecem algo em comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas (...) os grupos formados por associação mental não se limitam a aproximar os termos que apresentam algo em comum, o espírito capta também a natureza das relações que unem em cada caso e cria com isso tantas séries associativas quantas relações diversas existam.⁷⁴

O que se quer dizer é que uma palavra pode evocar tudo quanto seja suscetível de lhe ser associado, por exemplo, a palavra *cadeira* pode evocar *descanso*, *cargo*, *assento*, etc. Mas o *valor* semântico só será estabelecido em virtude do encadeamento dos termos, ou seja, por oposição ao que o precede, ou ao que o segue, ou ainda a ambos; um exemplo do tipo, *sente-se nesta cadeira*, restringe possibilidades de associação do termo.

Aqui consideramos pertinente lembrar o fato de que, “com efeito, nada há como dado primeiro além de uma barreira negativa entre o conteúdo de tal signo e o conteúdo de tal outro”⁷⁵. Desta maneira, “toda idéia nova que vier a se apresentar encontrará logo lugar, ou sob o primeiro signo ou sob o segundo (se ela couber nos dois, é porque há oposição com um terceiro ou quarto signo coexistente)”⁷⁶.

Desse modo, quando aproximados da semântica, os predicáveis se delineiam como categorias de traços semânticos. As redes associativas desveladas pelos predicáveis

⁷⁴ SAUSSURE, 1995, p. 145.

⁷⁵ SAUSSURE, 2002, p. 71.

⁷⁶ *Ibidem*.

apontam para o fato de que, quando se faz uma asserção, conseqüentemente estão fazendo várias outras. Assim, em:

Isto é um homem

- a) *isto é um animal;*
- b) *isto é bípede;*
- c) *isto é capaz da razão e do conhecimento.*

Contudo, usá-los somente para “dissecar” termos isolados seria subestimar a potencialidade de seu uso. Por isso, é no interior das relações sintagmáticas que, a princípio, os *predicáveis* exibirão melhor sua utilidade. Ou seja, termos isolados podem ser categorizados, mas, nessa perspectiva, é somente através das relações de oposição internas a um enunciado que o valor semântico será estabelecido. Percebam o exemplo:

Ser grande dama é representar de grande dama, o que quer dizer, representar simplicidade. É um papel que sai extremamente caro, tanto mais que a simplicidade só encanta sob a condição de que os outros saibam que poderíamos não ser simples, isto é, riquíssimos.⁷⁷

Nesse trecho, Proust articula de forma magistral uma espécie de categorização de “grande dama”, ironizando a aristocracia parisiense. Ser *grande dama* pode evocar várias associações ou atribuições. Entretanto, o enunciado nos deixa claro que a *definição* (essência) que se quer estabelecer de *grande dama* é ser *riquíssima*, porém *ser simples* é algo *provisório* (acidente) que pode se fazer valer quando convém, pois pode-se ser

⁷⁷ PROUST, 1981, v.3, p. 195.

simples e deixar de ser, sem que sua *essência* seja alterada. *Simplicidade*, nesse enunciado, pode também ser propriedade accidental de riqueza, pois a verdadeira *propriedade*, a que não é transitória, de uma *grande dama*, é fazer das possíveis propriedades accidentais as mais visíveis, ou seja, o preferível é o parecer ser, é *representar*.⁷⁸

Fica claro que o *acidente* é a possibilidade de romper com identidades fixadas ou o sentido único e de inserir a transitoriedade. O acidente se torna, assim, produtor de uma margem de manobra fantástica para a argumentação, remontando ao significado de um termo sob o fundamento de que é mais apropriado tomá-lo num sentido e não em outro.

Porém, para afinar as possibilidades de uso do *acidente*, são necessárias algumas observações, mesmo correndo o risco de sermos repetitivos. Estas observações dizem respeito a um uso mais ligado à semântica (enunciado) ou mais ligado ao discurso (para além do enunciado).

Quando analisamos um termo de maneira isolada, o *acidente* é o lugar, como já dito, no qual vão se predicar atribuições transitórias. Elas podem pertencer ou não ao sujeito predicado, ou pertencer só provisoriamente, tais como relacionar *homem* a *cansado*, a *sentado*, a *andando*, a *parado*, ou a *falando*; relacionar *panela* a *quente*, ou a *cheia*, ou a *suja*; etc. Neste ponto, é importante enfatizar o problema das ambigüidades levantado por Aristóteles, pois, segundo o filósofo, a ambigüidade difere da sinonímia por ser uma diferença entre gêneros.

⁷⁸ Aristóteles acentua uma certa semelhança entre propriedade accidental e acidente; no entanto, enfatiza suas diferenças. Não nos ocuparemos aqui dessa questão.

Porém, quando estamos trabalhando com o discurso, o lugar que o predicado atribuído ao sujeito vai ocupar é definido discursivamente. Por exemplo, no fragmento de Proust, citado anteriormente, o termo *simples* é acidental *neste* momento, mas poderá não ser em outros.

Quando chegamos ao nível discursivo, o lugar *acidente* revelará predicados *possíveis*, já que, ao formular um raciocínio no discurso de maneira *acidental*, caracteriza-se um propósito de estabelecer um processo dialético. E esse processo se concretizaria ao relativizarem-se propriedades ou essências, ou seja, ao desdobrarem-se as determinações do que está colocado em pauta.

Podemos, então, dizer que no discurso os termos, as noções, os argumentos não estão presos a um predicável, eles se “movimentariam entre eles”, de acordo com as tentativas de estabilizar ou desestabilizar o sentido. Assim, o discurso aponta para a *práxis*, ou seja, um predicado só pode assumir seu *lugar* quando inserido num universo social que legitime essa *possibilidade*. O discurso apresenta um engate argumentativo dialético em que o sujeito apresenta algo que reflete uma *práxis* na qual está inserido. Quanto a isso, Aristóteles afirma:

É igualmente honroso em certos lugares sacrificar o próprio pai, como, por exemplo, entre os *tribalos*⁷⁹, mas não o é em termos absolutos. Ou estaremos indicando aqui uma relatividade que toca a pessoas e não a lugares?...Uma vez que não importa onde possam estar, pois onde quer que estejam será honroso aos seus olhos [sacrificar o próprio pai] porque são *tribalos*.(...) ou será uma relatividade vinculada a uma certa condição e não a uma certa ocasião aqui indicada?⁸⁰

Ao objetar a dialética platônica, privilegiando as opiniões geralmente aceitas, o filósofo cria a possibilidade de “injetar” a *práxis* no interior do tratamento dos predicáveis. As

⁷⁹ Povo antigo que habitava o norte da Trácia (região ao norte da Grécia). N.do tradutor.

⁸⁰ ARISTÓTELES, 2001, 393.

relativizações estabelecidas na citação acima dizem respeito a uma dialetização no discurso, determinando se algo é a *essência* ou *acidente* ou é *peculiar*, dependendo das práticas sociais em que estão inseridos, e, portanto, dos acordos e valores apresentados.

Ao estipular um argumento, esse propicia o estabelecimento de acordo com os interlocutores, cujos principais elementos são os *valores*, tais como apresentados por Perelman⁸¹:

Estar de acordo acerca de um valor é admitir que um objeto, um ser, ou um ideal deve exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação, sem se considerar, porém, que esse ponto de vista se impõe a todos. A existência dos valores, como objetos de acordo que possibilitam uma comunhão sobre modos particulares de agir, é vinculada à multiplicidade dos grupos.⁸²

Já falamos, em nosso primeiro capítulo, sobre o valor explicitado na teoria saussuriana e seu reflexo na semântica. Precisamos, agora, esclarecê-lo em relação a uma perspectiva argumentativa/discursiva. Novamente citamos Perelman:

Para os antigos, os enunciados concernentes ao que chamamos de valores, na medida em que não eram tratados como verdades indiscutíveis, estavam englobados, com toda espécie de afirmações verossímeis, no grupo indiferenciado das opiniões.⁸³

As “opiniões geralmente aceitas”, na terminologia de Aristóteles, apontam para o que consideramos valores e se refeririam, de certa maneira, à *doxa*. Numa argumentação, esses valores podem ser desqualificados ou subtraídos, mas nunca excluídos por completo. Deste modo, à medida que se nega um valor, se afirma outro imediatamente. Consequentemente,

⁸¹ Chaim Perelman apresentou sua teoria da argumentação na década de 50, em 1958. Lançou juntamente com Lucie Olbrechts-Tyteca *O Tratado da Argumentação – A nova Retórica*. Esta obra retoma, a partir da Arte Retórica, de Aristóteles, os estudos da argumentação, tendo como foco os discursos que circulam na sociedade contemporânea.

⁸² PERELMAN, 1996, p. 84.

⁸³ PERELMAN, 1996, p. 84.

em um discurso científico, o valor é ao máximo restringido, pois o objetivo, neste caso, é estipular conceitos e regras, o valor de verdade.

No contexto da teoria da argumentação, as considerações sobre os valores, desenvolvidas por Perelman, representam uma nova interpretação dos predicáveis para a análise da construção dos argumentos, já que esses valores, acreditamos, podem também ocupar lugares escolhidos discursivamente.

Os valores seriam considerados objetos de um acordo que não visa a convencer e sim a persuadir. Isso deixa entender, a princípio, que o acordo que se baseia em valores será estabelecido entre grupos particulares e não universais. Entretanto, Perelman ressalta:

Não podemos nos contentar em dizer os que os fatos e verdades expressam o real, ao passo que os valores concernem a uma atitude para com o real? Mas, se a atitude para com o real fosse universal, não a distinguiríamos das verdades (...), pois um mesmo enunciado, conforme o lugar que ocupa no discurso, conforme o que anuncia, o que refuta, o que corrige, poderá ser compreendido como relativo ao que se considera fato ou ao que se considera valor.⁸⁴

Outro motivo que reforça a possibilidade de os valores permitirem acordos que visem à adesão universal é a existência de valores como o verdadeiro, o belo, o bem, etc., os quais chamamos valores universais ou absolutos. Eles, por serem vagos e genéricos, podem pretender acordos que vão além do particular, contanto que permaneçam em sua generalidade, pois, se forem especificados, de alguma maneira perdem tal possibilidade. Ou seja, quando um acordo for estabelecido no gênero, há possibilidade de

⁸⁴ PERELMAN, 1996, p. 85.

universalidade⁸⁵, contudo, na medida em que são precisos, se apresentarão simplesmente como conformes às aspirações de certos grupos particulares.

A partir daí, Perelman cria a distinção entre valores abstratos e valores concretos. Os valores abstratos são aqueles válidos para todos, em todas as circunstâncias, como a justiça e o amor à humanidade. Servem à crítica e fornecem critérios para tentar modificar a ordem estabelecida. Enquanto isso, os valores concretos seriam aqueles referidos a um ser particular, a um objeto, a um grupo ou instituição; são aqueles que se vinculam a um grupo determinado e preza o conservadorismo.

Para melhor entender essa separação entre valores concretos e valores abstratos, podemos recorrer também aos predicáveis. Lembremo-nos de que os valores concretos são particulares (conservadores) e os valores abstratos são comuns (liberal). Por exemplo, uma sociedade que determina e diferencia (definição, propriedade) seus valores, mais conservadora ela se mostra, isto porque privilegia grupos particulares, excluindo tudo o que não faz parte das definições estabelecidas. Entretanto, se uma sociedade amplia seus valores, generalizando-os e fazendo com que eles valham para todos, mais liberal ela se mostra.

O que percebemos nesse percurso classificatório é que ele apresenta, didaticamente, diferenças e características dos valores para a produção de argumentos coerentes com a estratégia demarcada pelo sujeito. Entretanto, em uma análise precisaremos de instrumentos que desvelem tais estratégias.

⁸⁵ Acreditamos que essa questão está estritamente vinculada às distinções entre sinonímia e ambigüidade, discutidas por Aristóteles em relação ao gênero.

O que queremos demonstrar é que os valores podem ser manipulados de acordo com o lugar que ocupam no jogo discursivo. Esse lugar é definido estrategicamente com intenção argumentativa, o que nos permite afirmar que a argumentação se baseia ora nos valores abstratos, ora nos concretos, ou ainda usa valores concretos para fundar valores abstratos e vice-versa.

Desvelar o caráter único de alguma idéia é valorizá-la por si mesma. Assim, um argumento associado à essência ou à propriedade caracterizaria um propósito de buscar adesão de grupos particulares, pois a preferência por esses lugares particularizaria e restringiria o seu valor.

O movimento contrário se daria ao tentar generalizar valores concretos através de raciocínios indutivos, pois “a indução é o raciocínio caracterizado pelo progresso dos particulares para os universais; por exemplo, se o piloto hábil é o melhor piloto, e o auriga hábil, o melhor auriga, então, em geral, o homem hábil é o melhor homem em qualquer esfera”⁸⁶.

E é com esses tipos de categorizações que o discurso vai se construindo e deixando à mostra percursos de manipulação dos conceitos, dos valores, dos sentidos. Isto nos permite pensar em algumas operações básicas de produção de sentido, que se repetem como processo desde as reflexões sobre o signo até o discurso. Essas operações, apesar de, em cada caso, tratarem de objetos e limites teóricos diversos, refletem um padrão de racionalização. Ou seja, desde o signo até o discurso foram estabelecidas, teoricamente, suas *essências*, suas *propriedades*, sua relação com outros e, desse modo, possibilitam-se possíveis expansões de seus limites e caracterizam-se seus *acidentes*, revelando outros

⁸⁶ ARISTÓTELES, 2005, p. 361.

caminhos a se percorrer. Entre estabelecer a *forma* como limite, ou a *interação* como solução perfeita, não se fez mais do que categorizar o mesmo objeto.

Desta maneira, esses lugares não deixam de ser uma tentativa de dialetizar o discurso. Os acordos apontam para as relações intersubjetivas, pois para validar seu dizer o sujeito ajusta as categorias de acordo com o que é mais *preferível* em uma determinada *práxis*, o que faz com que a “verdade” não seja mais o objetivo principal, mas a validade.

A análise deverá levar em conta tentativas de *acordos* entre os interlocutores e a maneira pela qual os valores sociais são apresentados. Estratégias de produção de sentido podem manipular esses *valores* através de processos discursivos, fazendo com que o que é estabelecido como essência, em dado contexto, num outro podssa ser estrategicamente deslocado de categoria, ou seja, ser relativizado ou generalizado. Reforçando nossa análise, reproduzimos aqui a seguinte consideração de Saussure:

Assim, se a idéia positiva de suplício fosse a verdadeira base da idéia de *suplício*, seria totalmente impossível falar, por exemplo, “do suplício de usar luvas muito apertadas”, que não tem a menor relação com os horrores da grelha e da roda. Dir-se-á: mas isso é próprio, justamente, da locução figurada. (...) vemos então que não é a idéia positiva contida em *suplício* e *martírio*, mas o fato negativo da sua oposição, que estabelece toda a série de seus empregos, permitindo qualquer emprego, contando que não invada o domínio vizinho. (Seria preciso, naturalmente, considerar, além disso, *tormento, tortura, aflição, agonia*, etc.)⁸⁷.

Quando lidamos com argumentações, devemos ter em mente a maneira com que foram apresentadas as suas articulações de sentido. Portanto, uma análise desse processo é essencial para entendermos as intenções da argumentação. Sobre esse tema, Vignaux assinala:

⁸⁷ SAUSSURE, 2002, 73.

Vê-se, portanto, que, logo ao simples nível do enunciado, a predicação, mesmo apenas de uma única propriedade a um sujeito, a um objecto ou a uma situação se impõe como construção duma caracterização desse sujeito, desse objecto ou dessa situação. Cada enunciado é uma maneira de apresentar as coisas e, deste ponto de vista, é, à partida, argumentativo.⁸⁸

O exemplo seguinte demonstra, com bastante simplicidade, como a forma de apresentação de uma idéia, dependendo dos lugares estabelecidos, delimita o sentido e atribui valor argumentativo a um enunciado.

Vigarista, todos nós sabemos, vem do conto-do-vigário ancestral, a lábia do sujeito que empulha o outro com uma história complicada e fantástica e dela tira vantagens. Carlos Heitor Cony (anexo I)

A maneira como o autor delimita o termo *vigarista* marca o ponto de partida de sua argumentação. Ele tenta traçar, por meio do argumento “todos nós sabemos”, características que seriam essenciais a todo vigarista, delimitando o sentido e preparando suas estratégias a partir de uma possível definição que, por restringir, demarca de onde possíveis subversões do conceito partirão.

Desta maneira, quando pensamos na forma como uma idéia foi apresentada, não podemos estar alheios às ações do homem: apresentar uma idéia relaciona e implica uma realidade social na qual se circunscrevem situações discursivas.

⁸⁸ VIGNAUX, 1991, p. 302.

CAPÍTULO III

A NATUREZA DIALÉTICA DO SENTIDO

As forças imanentes da nossa mente (...) encontram seu impulso na novidade; divertem-se com o pitoresco, com a variedade, com o acontecimento inesperado. A imaginação que elas vivificam tem sempre uma primavera a descrever. Na natureza, longe de nós, já vivas, elas produzem flores.

Bachelard

Operações discursivas

A partir do que já foi exposto, acreditamos poder afirmar que os predicáveis desvelam operações discursivas, relativizam o sentido de acordo com as intenções argumentativas. Dentre elas, estão as determinações, as ampliações e as relativizações.

De certa forma, essas operações já foram explicitadas no decorrer de nosso estudo. Entretanto, justifica-se reiterá-las agora no discurso, pois nele há uma particularidade: a de permitir utilizar as categorias predicativas em todos os níveis, ora categorizando pelas determinações da língua, ora por valores semânticos ou por valores sociais. Com isso, cria-se um encadeamento de categorização em diferentes níveis de estudo sobre a significação.

Será, então, que uma análise discursiva se daria de maneira a comparar o modo como o mundo foi apresentado pelo sujeito enunciador, como o interlocutor constrói sua própria categorização? Remontar a possíveis percursos de categorizações utilizadas e refletidas numa *práxis* pode desvelar qual fragmento das opiniões o enunciador exalta ou destrói.

Desta forma, perceber de que maneira o enunciador determinou, ampliou ou relativizou, aponta para a possibilidade de validar suas proposições. A validade do discurso, portanto, relaciona-se diretamente à capacidade do enunciador convencer de que é preferível

apresentar algo categorizado de uma maneira e não de outra. Portanto, é necessário, às vezes, forjar a não acidentalidade do discurso, ou seja, convencer o interlocutor de que o tipo de argumentação apresentada é o mais viável. Assim podemos categorizar as operações básicas do discurso. Essas operações básicas estão circunscritas a todo movimento de racionalização do sujeito, refletindo sua maneira de raciocinar, de apresentar/argumentar, revelando as maneiras de organizar estratégias discursivas. Assim, cabe-nos agora sistematizá-las.

As Determinações

No discurso, é sempre preciso determinar o objeto da argumentação. Essa determinação sempre consistirá em identificar e diferenciar, dando um caráter de plausibilidade, de aceitabilidade em um processo situacional. Logo, as maneiras de se particularizar algo, na maioria das vezes, incidem nos lugares da *definição* e da *propriedade*, ou seja, esclarecer sobre a essência ou o que lhe é próprio é determinar o argumento apresentado.

Há diversas maneiras de validar uma *definição*, uma delas é estabelecê-la através de opiniões geralmente aceitas, pois, segundo Aristóteles, “são verdadeiras e primárias as coisas que geram convicção através de si mesmas, são aquelas que se baseiam no que pensam todos (...)”⁸⁹.

Ao determinar algo, apontamos para identificações desse algo, localizando-o no tempo e no espaço. Essas estratégias fundam “as relações essenciais e originárias entre atividade

⁸⁹ ARISTÓTELES, 2005, p.348.

lingüística e atividade cognitiva na constituição das relações predicativas”⁹⁰. Podemos dizer, então, que as determinações podem servir, no discurso, para identificar sua temática: os atores, as situações, os processos, os acontecimentos, as noções. E é justamente a percepção dessas possibilidades entre os lugares de apresentação que delineará o sentido e os processos argumentativos.

Isto quer dizer que a operação de determinação, por ser discursiva, mostra-se como um desdobramento de um todo que se quer particularizar, e esse processo aponta para o caráter dialético do discurso, pois reitera a impossibilidade de estancar qualquer tipo de argumento. Ou seja, mesmo que se tente, no discurso não cabem categorizações estanques, pois estas naturalmente reverberam outros discursos, e estes por vezes assumem como preferíveis outras determinações do mesmo objeto. Continuemos exemplificando nossa discussão com a crônica de Cony:

(o vigarista) Embora na prática possa até ser um assassino ou um ladrão, o vigarista não chega a ser um criminoso. É apenas um espertalhão, um cara dotado de imaginação, lábia, coragem e sorte para desfechar o golpe. O ladrão ou o assassino típicos sabem que apelarão para a violência na fase final de suas ações. (ver anexo I)

Observando o trecho acima, percebem-se as articulações de *ladrão* ou *assassino* como algo accidental para se categorizar *vigarista*⁹¹. Tal fato se revelou no decorrer da apresentação: “o vigarista não chega a ser um criminoso”. Ou seja, preferiu-se atribuir *vigarista* de

⁹⁰ VIGNAUX, 1991, p.307.

⁹¹ Reiteramos o que já afirmamos antes a respeito da *propriedade accidental* em Aristóteles. Segundo o filósofo, ela pode ser um predicável, mas não será uma propriedade. Não nos ocuparemos aqui dessa questão.

maneira que ressaltasse suas peculiaridades: *espertalhão*, *lábria*, etc, Em outras palavras, *ser criminoso* não é inerente (gênero) ao vigarista.

A seguinte argumentação revela outras propriedades do termo, também de maneira a justificar outras operações discursivas e argumentativas.

O vigarista modela a realidade, cria em cima do fato, é um ilusionista, um escravo da fantasia e do sonho. É óbvio que deseja faturar em cima do sonho e da fantasia, prejudicando os outros. (Ver anexo I)

Desta forma, as operações discursivas se entremeiam no discurso, validando os argumentos e apontando para uma construção possível do sentido, que aponta para uma imagem “minimizada” do vigarista que, além das propriedades *espertalhão*, *imaginativo*, possui o talento de *criar ilusões*, *sonhos*, o que vai nos conduzir uma outra definição de *vigarista*, relacionando-o a artista.

As Ampliações

Enquanto o processo de determinação preza por diferenciar, isolar aquilo de que se fala na tentativa de estabelecer uma identidade, o processo que trataremos agora busca as semelhanças. Estabelecer semelhanças é estabelecer identidade entre as idéias, apontando alguma característica que as façam pertencer a uma mesma espécie, aplicando a elas o mesmo gênero e ampliando as possibilidades de emprego de um argumento. Desta maneira, decorre de uma preferência de se apresentar o objeto de que se trata através de uma *identidade genérica* em relação a outros. Assim, podemos reafirmar a relação estreita

entre gênero e essência, criando uma primazia categorial, ou seja, o gênero, de certa maneira, rege os outros predicáveis, criando um tipo de organicidade.

Para se agrupar elementos que, à primeira vista, não pertencem a um mesmo conjunto, é preciso estabelecer certos traços de identidade entre eles. Para isso, podem ser usadas propriedades apresentadas como comuns. Isso confirma que em discurso são permitidas associações diversas que se validariam através de uma categorização justificada em uma certa *práxis* discursiva.

O processo de ampliação faz com que as realidades apresentadas, como inerentes ao mesmo gênero, mantenham com seus componentes uma identidade de essência (definição), permitindo, assim, criar raciocínios hipotéticos, ou seja, fazer valer, para todos que foram agrupados como semelhantes, aquilo que foi atribuído a um deles em particular. Vejamos outro trecho de Cony:

Mas, até certo ponto, a arte não é uma vigarice? "A Divina Comédia" não é um genial conto-do-vigário? (ver anexo I)

Essa ampliação só é possível através de um tipo de categorização estabelecida no conceito do termo *vigarista*, que o aproxima da arte. Esse ponto de encontro é realizado pela propriedade atribuída concomitantemente: “modela a realidade, cria em cima do fato, é um ilusionista, um escravo da fantasia e do sonho”. Desta maneira, faz-se possível atribuir propriedades de um a outro, validando logicamente a conclusão de que a arte também cria e recria o sonho e a fantasia; e mais ainda, de que o “artista”, por também construir ilusões, é também um vigarista.

Se o que vale para um atributo de um gênero, indutivamente, valeria para todos os outros atributos, esta operação é de grande valia para associações entre termos, argumentos e valores, o que podemos verificar ainda em Cony:

Ele (o vigarista) procura tirar a sua vantagem à custa de palavras e gestos, no que se parece com qualquer político, pregador ou moralista. (ver anexo I)

Esse argumento permitiria estender o que se refere a vigarista, portanto, *patife*, *canalha*, *espertalhão*, *um cara dotado de imaginação*, *lábria* etc. para político, pregador, e moralista. Assim a ampliação é uma operação discursiva estratégica, pois pode ser desdobrada de acordo com os sentidos pretendidos. Aqui entra em cena, novamente, a distinção lógica “sinonímia X ambigüidade”, que por questões metodológicas não nos cabe desenvolver.

As relativizações

A pretensão de validade instaura o preferível, ou seja, a escolha da maneira pela qual os valores serão tratados. Os valores intervirão para motivar o sujeito a “fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem”⁹². Desta maneira, os valores podem ser relativizados com o intuito de criar sentidos diferentes daqueles, caso fossem usados de maneira mais determinada.

Assim, ao relativizar um raciocínio, desestabilizaremos o que foi estabelecido nos lugares da definição, da propriedade e até do gênero, constituindo a possibilidade de alternância de categorias, com sentidos provisórios ou possíveis. Relativizar, portanto, não é criar

⁹² PERELMAN, 1996, p. 85.

satisfação, mas incitar rever os argumentos já apresentados de acordo com o lugar que eles ocupam no discurso, pois, como disse Bertolt Brecht “o que é exatamente por ser tal como é, não vai ficar tal como está”⁹³.

Podemos perceber relativizações bem marcadas no texto de Luis Fernando Veríssimo (anexo II). Nele, o termo *descartável* aponta para *excrecência*, *demasia*, *excesso*, *lixo* etc. Se tomados isoladamente, tais termos poderiam ser predicados de objetos e materiais dos mais variados tipos: “Coisa descartável. Que não faz falta. Que deve ser eliminada”. Portanto, não seriam naturalmente atribuídas a *homem*, ou ao *ser humano*. O que o enunciador faz é predicar *lixo* de *homem*, isso porque o acordo que está tentando ser estabelecido se baseia em mostrar uma *práxis* que reverbera, implícita ou explicitamente, um *descaso* pela vida do ser humano. E faz isso de maneira genérica, ou seja, amplia a opinião que pode ser de alguns e a faz pertencer à opinião geral, fazendo com que seja possível *lixo* ser próprio do *ser humano*.

Mesmo descontadas a estupidez humana, a insensibilização pela miséria, a certeza da impunidade ou da deficiência do disfarce ou da desculpa, um bando de extermínio não age com este descaso pela vida e pelas conseqüências dos seus atos se não sabe que o descaso é compartilhado, se não se sente implicitamente autorizado. (ver anexo II)

⁹³ *Apud* KONDER, 1993, p 84.

O valor *descaso pela vida* poderia ser atribuído como valor concreto, e o enunciador tenta apresentá-lo no *lugar* do gênero. Agindo dessa maneira, o enunciador instaura a possibilidade desse valor concreto ultrapassar grupos particulares e se tornar um valor abstrato, ou seja, que “vale” para todo mundo, que seja comum a todos. Isto demonstra que esse valor, ao ser estabelecido no lugar do gênero, apresenta-se como valor abstrato, possibilitando e validando o argumento de que “a maior parte da população do mundo é lixo”.

Estas ilustrações apontam para um uso dos predicáveis aristotélicos de maneira a percebê-los como instrumento de mapeamento do sentido. Pode-se observar que os predicáveis justificam a produção e a análise de argumentos, entretanto, essa prática nos revelou uma transcendência muito importante a respeito do estudo sobre o sentido que pretendemos agora descrever.

Conhecimento e sentido

Quando elegemos os predicáveis aristotélicos como instrumentos para nos fazer perceber os jogos de sentido, descobrimos que eles revelariam também um encadeamento lógico imanente à linguagem. Ou seja, as categorias predicativas, quando aplicadas à expressão verbal, desencadeariam um processo de relações semânticas, abrangendo termos isolados e suas associações à dinâmica de sucessão e engendramento de expressões verbais que organizariam e disciplinariam o pensamento.

Isso comprova a contribuição primeira dos *Tópicos* que é a de adestrar os raciocínios, mas esse tratado vai mais além ao permitir que os predicáveis sejam utilizados para se explicitar o nosso processo de argumentação. Podemos, então, dizer que todo o detalhamento que efetuamos, no capítulo II, revela um processo que é por si mesmo dialético. Tal fato mostra a necessidade de se tentar refazer o processo até que, ao fim, seja alcançada a compreensão do caminho percorrido, na recuperação dos passos para a articulação das práticas discursivas e argumentativas, revelando um saber que funda e justifica tal percurso.

Aristóteles “coroará esse longo processo de progressiva revelação da estrutura lógica incluída na linguagem, estrutura esta através do qual o pensamento e conhecimento verbalmente expressos se organizam, ordenam e disciplinam”⁹⁴. Foi isso que ele realizou com seus tratados de lógica nos quais aparecem, pela primeira vez, “as linhas mestras fundamentais da estrutura lingüística, de que se pode derivar as normas e um método geral

⁹⁴ PRADO JUNIOR, 1961, p.164.

bem definido para o ordenamento do conhecimento e conceituação, e para a condução do pensamento”⁹⁵.

Aristóteles empreendeu nos *Tópicos* suas formulações dialéticas, tratando sempre da relação dos conceitos entre si. Segundo ele, a dialética é a arte de raciocinar não sobre premissas verdadeiras, mas por premissas verossímeis. Ou seja, se duas hipóteses contrárias se sustentam em duas séries contrárias de argumentos, é o confronto destes argumentos que se chama dialética.

Deste modo, Aristóteles apresentou o raciocínio dialético, que teria como característica se mover a partir de premissas cuja veracidade não é estabelecida previamente, mas que são somente prováveis. Portanto, condicionava a validade do raciocínio a uma categorização lógica, realizada através dos predicáveis.

A relação dos predicáveis com o sentido, como demonstrado no capítulo anterior, elege uma dinâmica que não podemos deixar de associar com a dinâmica mesma do conhecimento. Percebemos que os predicáveis promovem uma decomposição de traços semânticos quando lidamos com termos isolados, fazendo-nos interpretar uma rede conceitual que tem como núcleo o próprio termo. Essa decomposição ressalta a possibilidade de se diferenciar ou assemelhar uns termos a outros. Além disso, um confronto de uma rede de sentidos com outras faz com que se amplie o alcance semântico de maneira infinita e se desloque o limite teórico para além do termo.

Desta forma, as operações discursivas que apresentamos se revelam como o produto de uma sucessão de passos lógicos encadeados, que, a cada etapa, insere um paradigma mais amplo na teorização do nosso objeto, o sentido. Dessa maneira, a aplicabilidade dos

⁹⁵ PRADO JUNIOR, 1961, p.164.

predicáveis é apenas parte do que pode ser atribuído aos estudos sobre o sentido. A maneira pela qual os predicáveis conduzem o raciocínio aponta para muito além das estratégias discursivas, ou seja, leva-nos a uma reflexão de que o sentido desvelado revela o processo do conhecimento, tendo como método a dialética.

Tomamos a dialética como uma prática discursiva na qual transparece movimento e transformação verificáveis numa certa *práxis*. Devemos lembrar que é essa *práxis* que “costura” e mantém em movimento os pilares *sujeito, linguagem e mundo*. Vista dessa maneira, a dialética é, ela mesma, o método do conhecimento, já que por seu intermédio atingimos a possibilidade de articular as associações e dissociações entre termos e, pela predicação, estabelecer essas relações entre os conceitos.

Interessa-nos, portanto, discorrer sobre o processo que engendra conhecimento e sentido com a finalidade de reiterar a utilidade de analisá-lo através das categorias predicativas.

No primeiro capítulo, nos dedicamos a uma apresentação do que denominamos como pilares do sentido (sujeito, linguagem e mundo), operando de maneira relacional, pois, como já dissemos, esses pilares, assim interpretados, imprimem uma característica de organicidade, transformando nosso objeto em algo sutil e complexo, visto que tais elementos estão imbricados para promover o sentido. Também reforçamos a idéia de que em uma prática social esses elementos se “movem”, ou seja, a linguagem coloca seus sentidos em prática, em movimento.

É nessa perspectiva que o sentido começa a ser esboçado. Desta maneira, uma visão do mundo começa a ser delineada através das relações estabelecidas entre o sujeito e o mundo. E essa visão será sempre uma versão, pois dificilmente concluiríamos que o mundo consiste nas descrições “verdadeiras” que são efetuadas através dos signos.

Proceder assim é estabelecer o linguomorfismo, ou seja, conceber o mundo “como compostos atômicos correspondendo a nomes próprios determinados e fatos atômicos correspondendo à sentenças atômicas”⁹⁶. Resumindo: não podemos querer estabelecer um paralelismo exato entre o dizer e o mundo do qual se fala.

Mesmo uma ciência, seja ela qual for, jamais poderá revelar com fidelidade o mundo como ele é, pois todas se utilizam de abstrações e de convenções de modo geral: “todas filtram o mundo através da mente, através dos conceitos, da linguagem e todos esses meios distorcem o mundo”⁹⁷. Contudo, essas distorções não podem ser consideradas um tipo de erro, porque, nesse plano, elas são maneiras de se apresentar o mundo. Além disso, não podemos deixar de valorizá-las, pois são essas distorções as responsáveis por chamarem nossa atenção para as eventualidades da realidade. Assim, em uma exposição, é exigida alguma experiência, mesmo que fortuita, com aquilo que está posto como objeto de interesse, e acreditamos que para isso nossa linguagem não pode prescindir de categorizações.

Isto aponta para o fato de que não há como se formular um pensamento, se, de certa forma, este não se estruturar por um tipo de formação conceitual. Ou seja, partir de um momento de pura sensação, pois é nela que “concebemos apenas percepções primárias que conduzem, de forma incipiente e instantânea, nossa experiência”⁹⁸ para uma segunda etapa dessa formação, que delinearía as condições de existência das percepções, e assim “elaborar os primeiros contornos de uma experiência, que já não é mais pura sensação, mas um princípio de formulação, de classificação”⁹⁹.

⁹⁶ GOODMAN, 1972, p. 1.

⁹⁷ GOODMAN, 1972, p. 3.

⁹⁸ MARI, 1998, p. 41.

⁹⁹ MARI, 1998, p. 42.

É importante ressaltar que, mesmo na aparência, esse processo não é privilégio das reações frente à novidade. Os objetos do mundo que já são conhecidos, quando voltam a ser o objeto do discurso, serão apresentados de maneiras diferentes de acordo com o que for preferível no momento da enunciação. Ou seja, cada situação, mesmo elegendo partes do mundo já conhecidas, fazem com que o processo de formação de conceitos se repita, atualizando as percepções e a maneira de se categorizar.

A formação de conceito torna-se, portanto, a estratégia essencial para se conhecer o trânsito entre categorias que estabelecem limites e contornos aos seus sentidos. Assim, “somente esse conhecimento pode garantir uniformidade, racionalização e organização de uma ordem diversa múltipla que os registros da percepção(...) asseguram, mas não foram capazes de ordenar”¹⁰⁰. Tal como assevera Mari:

Categorizar é um procedimento eficaz de que dispomos para ordenar o nosso comportamento: sem ele seríamos incapazes de identificar quaisquer repetições, quaisquer regularidades estruturais ou funcionais e a nossa existência se tornaria uma sucessividade de atos desconexos.¹⁰¹

Não podemos nos esquecer de que a própria língua é considerada *Sistema* por Saussure, ou seja, uma espécie de “categorização” para a “massa amorfa e indistinta” que é nosso pensamento, pois é na tentativa de organizar que surge a possibilidade de se criar conceitos.

Estabelecer um conceito requer um procedimento de confrontação. O que queremos ressaltar é que, para se delinear um conceito, é preciso estabelecer os limites daquilo que

¹⁰⁰ MARI, 1998, p. 46.

¹⁰¹ MARI, 2002, p. 71.

está em questão, e, para isso, é necessário que se definam as diferenças, confrontando idéias e conceitos em processo de racionalização que requer algum tipo de relação.

Portanto, seja qual for o fato, objeto ou emoção que a linguagem expresse, de alguma forma haverá o uso de algum tipo de categorização. Assim, as tarefas mais comuns até as mais complexas são submetidas a algum processo de classificação, enquanto princípio de racionalização.¹⁰²

Podemos dizer, então, que, como hábito, o ser humano categoriza o mundo percebido por ele, cria definições, atribui propriedades etc. Assim, não se pode apostar na existência de categorias “bem comportadas”, mas, talvez, possamos contar com categorias bem justificadas que, de alguma forma, levem em conta o provável. Isto porque, fatores como o tempo (história), funcionam como uma “engrenagem” fundamental para se expandir ou retrair a alçada de categorias criadas na linguagem.

Desta forma, estabelecer categorias estanques seria fadá-las a uma impossibilidade de justificação em um momento posterior. Quer dizer, atribuir juízos (verdadeiros ou falsos) à maneira de se apresentar algo não é suficiente para reflexões mais complexas acerca da representação do mundo através da linguagem.

Entretanto, o entendimento não se constitui “de um aglomerado de conceitos individualizados e dispostos entre si em justaposição”¹⁰³, e sim de um conjunto cujas partes se relacionam e se desdobram em outras possíveis. Desta forma, produzem sentido unicamente dentro do sistema em que se integram, e em função dele.

¹⁰² MARI, 2002.

¹⁰³ PRADO JUNIOR, 1961, p. 66

Portanto, categorizar é explicitar algum tipo de relação para justificar o que conhecemos. Esse momento é o da *predicação*, e o acionamos para compreender a relação entre os conceitos. Em um primeiro momento, os conceitos podem parecer separados uns dos outros, mas não é bem assim, pois se considerarmos o que vai além da forma, perceberemos que os conceitos expressos se unem de tal maneira que se fazem inseparáveis e só significam no conjunto de que participam e a que pertencem. Assim, “pode-se dizer que os conceitos são função um dos outros e do conjunto da conceituação que entre si eles integram”¹⁰⁴. Como numa rede semântica, eles se configuram nesse conjunto, e, portanto, nas relações que os estruturam.

Podemos afirmar, então, que o processo de conceituação é desenvolvido tomando por base as expressões verbais que revelam relação ou representação relacional e dinâmica (*predicação*) que não é própria das expressões verbais isoladas ou individualizadas, pois estas últimas lhe servem apenas de balizas e suportes momentâneos.

Os conceitos, de fato, se estruturam em sistemas de relações, ou mais precisamente, se configuram dentro da sistemática geral da *predicação*. O que nos leva dizer que é pela organização das *predicações* que a conceituação forma sentidos e, logo, conhecimento.

Como já dissemos e reafirmamos, a *predicação* é o procedimento primário de racionalização que utilizamos para formar conceitos. No entanto, não podemos esquecer de que mesmo a *predicação* sendo assumida como suporte para a formação conceitual, esses conceitos não são obtidos em sua totalidade, até porque não existe um quadro universal de propriedades e categorias primitivas. Ou seja, não há como se pretender mapear o verdadeiro conceito de algo, pelos vários motivos já ditos, tais como subjetividade,

¹⁰⁴ PRADO JUNIOR, 1961, p.68

contexto, distorções, filtros etc. Isso quer dizer que o conceito será sempre uma versão apresentada e essa versão é dotada de sentidos:

A predicação é um procedimento de implementação da nossa atividade cognitiva, como também um processo de construção teórica na medida em que através de procedimentos lógico-lingüísticos associamos a eles propriedades descritivas e funcionais, atribuímo-lhes valores, conferimo-lhes funções a desempenhar.¹⁰⁵

Portanto, é a predicação, ou melhor, a maneira como se dá a predicação que revelará o tipo de categorização imanente à apresentação das coisas do mundo. Este trabalho não tem a intenção de estabelecer um melhor tipo de categorização, até porque não acreditamos na existência de uma única e perfeita possibilidade. O motivo de elegermos as categorias de predicação (predicáveis) aristotélicas se deve à importante interferência, que nela reconhecemos, na constituição do conhecimento ocidental, e também pelo motivo dos predicáveis manejarem com destreza as estratégias argumentativas para forjar sentidos, e, por que não, desvelá-los?

Não é possível, portanto, fixar limites para a predicação, pois nossa habilidade de associação é ilimitada. Ou seja, a capacidade que temos para “confrontar objetos, ativa não apenas o nosso dinamismo perceptual frente àquilo que experimentamos, como ainda nossa capacidade de formar conceitos”¹⁰⁶. Desta forma, como enunciado no capítulo primeiro, a predicação pode propiciar a formulação de conceitos e também servir como base para se estruturar um tipo de análise, da produção de sentido.

Todo esse processo é dialético. Do termo à predicação, é articulada uma sistematização que remete à contribuição de Hegel(1992) a respeito desse tema. O que a dialética

¹⁰⁵ MARI, 1998, p. 50.

¹⁰⁶ MARI, 1998, p. 63.

hegeliana nos provê nessa reflexão é o sistema geral e essencial em que a conceituação foi criada. Sistema esse que exhibe a maneira com que os conceitos se sucedem e engendram uns aos outros de maneira a organizar o conhecimento. “Hegel, o que de fato realiza em sua obra, é descrever a atividade conceitual e a dinâmica das operações de relacionamento de que a atividade se constitui.”¹⁰⁷.

Como já pensávamos, o sentido é sempre provisório e não podemos esgotar a realidade a que ele se refere. Percebemos que quando pensamos em termos isolados, os predicáveis se delineiam como categorias de traços semânticos, e desvelam redes associativas. Contudo, ao usá-los somente para “dissecar” estes termos, estaríamos subestimando a potencialidade de uso dos predicáveis, o que acarretou em eleger o discurso como o lugar onde o sentido poderia reverberar e, portanto, seria, também, o lugar em que focaríamos nossos interesses.

Desta maneira, pode-se dizer que é no discurso que as estratégias de categorização se entrelaçam, fazendo com que haja vários níveis de entradas inferenciais. Isto quer dizer que o discurso permite que se revelem as estratégias utilizadas por diversas perspectivas, a saber, pelas conceituações de termos, por sua categorização de conceitos e por sua valoração dos conceitos que foram apresentados em comparação às opiniões gerais. O discurso é, portanto, o momento no qual a significação só reflete sentidos forjados e justificados por algum tipo de categorização de termos, conceitos e valores.

Partimos da percepção primeira a uma organização justificada da expressão lingüística, e todo esse percurso nos mostrou que há uma necessidade de categorização, já que o objeto do conhecimento ressurgiu sempre em uma independência do desejo subjetivo, por isso

¹⁰⁷ PRADO JUNIOR, 1961, p.231.

precisa ser categorizado de maneira a atualizar o sentido segundo um desejo qualquer de justificação.

Assim, o *sujeito*, a *linguagem* e o *mundo* são elementos fundamentais do sentido. A *práxis* lhes atribui unidade no acontecimento e se desdobra no reflexo que também a faz participar desse acontecimento. Portanto, não é um desses elementos isolados que se beneficiam de um princípio de acabamento e sim o conjunto multiforme da existência desses elementos.

Dessa forma, seria ingênuo imaginar que para se produzir sentido somente necessitaríamos de conhecer a linguagem, suas formas e seus processos de elaboração. Realmente, o sujeito deve trabalhar a linguagem, mas deve percebê-la como recurso para expressão, superando o material. Essa expressão não implica criar ilusões, ela se dá quando se recria na linguagem sua característica imanente que é a abstração.

A abstração é, como dissemos anteriormente, isolar pelo pensamento o que não está isolado no objeto do pensamento, ou seja, é negar o objeto como uno, fazendo com que certas propriedades sejam exaltadas a despeito do conjunto. Negá-lo para poder superar o objeto e percebê-lo novamente como um todo.

Hegel, em *A Fenomenologia do Espírito*, discute o processo de negatividade que perpassa sua noção de dialética, fundamentada em uma concepção do universal da substância que exprime não a verdade, mas o sujeito desdobrado em “si” e na “consciência de si”. É exatamente esse desdobramento do ser no Outro que constitui a negatividade que leva à razão dialética.

O sentido, portanto, não é só palavras, mas também os componentes do mundo e seus valores. Ele é um conjunto dos procedimentos de formação e de acabamento do homem e

do seu mundo, e isso é o que determina a relação com o material, com a palavra, cuja natureza deve ser conhecida para se compreender essa própria relação.¹⁰⁸

Poderíamos aqui, por uma relação de associação, presumir que o mecanismo de pensamento aristotélico também encontra sede na reflexividade dialética que parte do universal de uma substância que se desdobra no particular da essência. Isso nos remete a uma maneira de dirigir a atenção para uma característica que é momentaneamente útil reconhecer, ou mais além, e principalmente, remete à *negação da negação hegeliana*. Esta corresponde ao momento em que “os conceitos se confrontam e entre si, se entrosam, e uma vez entrosados e integrados em conjunto”¹⁰⁹ compõem um outro sistema conceitual, diferente do anterior e um novo conceito, então, se configura: “A superação e a supressão da negação se realiza no novo conceito.”¹¹⁰

E desta maneira “Surge o devir, o movimento, ou o resultado do ser que não é e do não ser que é. Isto é, o devir aparece como composição entre ser e nada, é ao mesmo tempo ser e nada. Isto permite a sucessão positiva de algo vir a ser um outro algo”¹¹¹.

Portanto, acreditamos poder dizer que o sentido que o discurso reverbera, constitui um *devir* permanente que vai se determinando ao longo da expressão, ou seja, na seqüência de uma forma para outras. Isso vai resultar na criação de valores semânticos próprios, embora momentâneos e destinados a se rearticular na forma e no sistema que serão continuamente desdobrados.

¹⁰⁸ BAKKHTIN, 2000, p. 211.

¹⁰⁹ PRADO JUNIOR, 1961, p. 236

¹¹⁰ PRADO JUNIOR, 1961, p. 237

¹¹¹ NETO, 1998, p. 68.

Conclusão

As imagens de que a água é o pretexto ou a matéria não têm nem a constância nem a solidez das imagens fornecidas pela terra, pelos cristais, pelos metais e pelas gemas. As águas não constroem “mentiras verdadeiras”. É necessária uma alma muito perturbada para realmente se deixar enganar pelas miragens do rio.

Bachelard

Optamos, neste trabalho, por seguir um percurso coerente com a estruturação das categorias que apresentamos. Desta forma, nossa conclusão será feita de maneira a refletir sobre a pesquisa como um todo.

Concentramo-nos na preocupação inicial de realizar uma reflexão a respeito do sentido, sua definição e seu processo de formação. Portanto, a essência desse trabalho é bem marcada por esse tema. Porém, como explicitamos exaustivamente durante o desenvolvimento do trabalho, a maneira como se define algo aponta, de certa forma, para a apresentação que se pretende fazer desse algo.

Assim que definimos o sentido como sendo essencialmente *sujeito, linguagem e mundo*, já apontávamos para uma reflexão teórica que abarcaria diversas perspectivas a respeito de um mesmo objeto. E confirmamos as possibilidades de eles representarem a essência de um sentido.

Perceber a *práxis* como propriedade do sentido anulou a discussão provável de que esses três elementos competiriam por lugares hierárquicos entre si. Portanto, foi possível dizer que é próprio do sentido a potencialidade relacional entre os elementos que o compõem. Entretanto, essas características delinearíamos traços que teriam funções delimitadoras,

normativas do sentido, e tínhamos a intuição de que algo sempre escapava a tais formalizações. Daí, pensar nas categorias de Aristóteles nos ajudou a, por fim, estabelecer qual sentido nós estávamos preocupados em estudar. E, assim, definimos o norte de nossa pesquisa.

Depois de definido o que é central na pesquisa, não é difícil concluir o que seria próprio desta. Descobrimos que para se tratar desse sentido, o referencial teórico deveria corresponder a um percurso possível para encadear as exigências de determinações do sentido e suas transgressões. Dessa forma, foi pertinente uma postura teórica que reunisse conceituações a fim de estabelecer um “gênero” das reflexões sobre o *sujeito*, a *linguagem* e o *mundo*, e assim sobre o sentido.

Percebemos que não se pode encerrar a obra saussuriana a ponto de fazê-lo contra a inclusão do sujeito, da semântica e da pragmática, ou atribuir ao sujeito benvenistiano a propriedade de não afeito ao social, ao coletivo; ou relativizar ao extremo dizendo que tudo, em relação ao sentido, é resolvido por uma interação que se manifesta na *práxis*. Esses foram extremos que tentamos evitar.

Ressaltamos que essa necessidade de *entender* por que se *entende*, há muito desencadeia elocubrações que se estendem desde a Antigüidade até os dias atuais. E os métodos utilizados para tais descobertas não deixam de ser variados.

Assim, é comum pensar que filosofia e técnica configuram as pontas do desenvolvimento do pensamento, separando conhecimento e instrumento, radicalizando suas fronteiras e isolando-as cada uma em seu espaço. Esse tipo de postura determinista faz com que o processo que conduz de uma a outra seja diluído pelo imediatismo do mundo contemporâneo.

Ficou claro, então, que traçando esse percurso, nosso trabalho não escaparia do amálgama que é técnica e conhecimento.

“O fato de Aristóteles ter sido o único na história a ter trabalhado a este ponto sobre a validade comum dos nossos raciocínios explica por que essa obra atravessou séculos”¹¹², nos permitindo tal empreitada de tentar perceber o processo de significação através das categorias de predicação.

Portanto, para se compreender ou para articular um complexo de conhecimentos extremamente diversos, é apropriada uma combinação não menos complexa de inferências. Sabíamos que isso acarretaria, a princípio, em alguns estudos, o recurso às lógicas clássicas que descreveriam raciocínios.

Entretanto, definitivamente, não entendemos as categorias predicativas de Aristóteles, utilizadas por nós, como pertencentes à lógica formal. Haja vista sua auto-definição como método dialético, e também a maneira como delas nos apropriamos, desenvolvendo importantes potencialidades de transferência ou analogia entre experiências¹¹³.

Percebemos que essas experiências se manifestam na maneira com que a expressão ocupa seu lugar em algum tipo de categorização, e o sentido se constrói no jogo com esses lugares. O sentido, portanto, é fluído porque ele se dá em matéria instável, que é o discurso. Isso acarretaria a necessidade constante de percepção da *práxis*, pois é ela algo que manipula as preferências do dizer e a maneira de se jogar com os lugares que validam tais preferências.

¹¹² VIGNAUX, 1991, p. 256.

¹¹³ VIGNAUX, 1991, p. 64.

Segundo as regras de argumentação propostas por Aristóteles, por intermédio das categorias predicativas, pode-se articular raciocínios que se referem a uma realidade ou não. Elas estruturam conceitos, e mesmo que não retratem uma realidade, o raciocínio, por ser lógico, adquire validade.

Esta pesquisa revelou que categorizar não só auxilia na produção de conceitos que, quando predicados, forjam sentidos, mas também permitiu analisar esse processo que apontaria para o conhecimento. Fazer uso dos predicáveis, portanto, valida o forjar sentidos, como também valida as inferências feitas sobre eles.

Não podíamos deixar de pensar nos possíveis percalços a que nossa pesquisa está sujeita. Esses “acidentes” se referem tanto às possibilidades que se abrem como questionamentos, quanto a respeito da dimensão de utilidade dessa categorização nos estudos lingüísticos. Admitimos, também, que as exemplificações feitas nesta pesquisa não representam de forma alguma todo o potencial do uso dos predicáveis, mas, como nosso interesse era apresentá-las como possibilidade instrumental, tivemos que optar somente por ilustrações.

Assim, fica em aberto uma aplicação mais minuciosa dessa proposta de instrumento para determinar com mais clareza suas próprias limitações e possibilidades. Isso poderia ser feito em um *corpus* diversificado, de maneira a perceber novas utilidades e estratégias de produção de sentido desveladas, e estratégias de análise construídas através das categorias predicativas. Mas também poderia ser realizado em um *corpus* delimitado por período, veículo, ou algum tema. Este último nos interessa particularmente, pois permitiria verificar a possibilidade de se mapear, através das categorias, a manipulação de algum conceito ou até mesmo de um termo.

Cria-se, então, a possibilidade de questionar se uma categorização de algo, que exclui algumas possibilidades devido a seus próprios limites previamente estabelecidos, seria capaz de diminuir a fluidez do sentido. Ou seja, se por uma limitação temática, as possibilidades seriam também reduzidas.

Esse tipo de questão aponta para as conveniências de se continuar trabalhando e pesquisando as categorias aristotélicas e, desta forma, aprofundar os estudos sobre o sentido, aprofundar as discussões da AD e reforçar a importância de uma discussão lingüística sobre os processos de formação do conhecimento.

Podemos, portanto, concluir que conseguimos alcançar o que a própria pesquisa nos colocou como obstáculo: traçar um percurso válido entre o tratado lógico aristotélico e os estudos lingüísticos sobre o sentido, sem temer onde tal percurso nos levaria.

Um amigo italiano pediu-me para traduzir "mascalzone", classificação que equivale a patife, a canalha. Num primeiro instante, traduzi por "vigarista" – e logo me curvei ao peso de graves responsabilidades semânticas.

É evidente que, em versão grosseira, tudo estaria certo, mas, em nossa língua, "vigarista" tem sutilezas que escapam a qualquer outra classificação lingüística, mesmo em se tratando de um idioma próximo ao nosso, como o italiano. Vigarista, todos nós sabemos, vem do conto-do-vigário ancestral, a lábia do sujeito que empulha o outro com uma história complicada e fantástica e dela tira vantagens.

Embora na prática possa até ser um assassino ou um ladrão, o vigarista não chega a ser um criminoso. É apenas um espertalhão, um cara dotado de imaginação, lábia, coragem e sorte para desfechar o golpe. O ladrão ou o assassino típicos sabem que apelarão para a violência na fase final de suas ações.

O vigarista, em princípio, tem horror à violência, é um pacifista. Ele procura tirar a sua vantagem à custa de palavras e gestos, no que se parece com qualquer político, pregador ou moralista. Sua matéria-prima é o bem comum ou o bem do próximo, embora, depois de seu beneficiamento particular, essa matéria-prima termine em dolo para os outros e em lucro para o vigarista.

O exemplo clássico para essa prática seria o próprio conto do paco, ou seja, do pacote de dinheiro que é oferecido ao incauto. Ou do bilhete de loteria premiado. O vigarista modela a realidade, cria em cima do fato, é um ilusionista, um escravo da fantasia e do sonho.

É óbvio que deseja faturar em cima do sonho e da fantasia, prejudicando os outros. Mas, até certo ponto, a arte não é uma vigarice? "A Divina Comédia" não é um genial conto-do-vigário?

Anexo II - Descartáveis

Excrescência. No dicionário está "demasia, excesso, superfluidade". Coisa descartável. Que não faz falta. Que deve ser eliminada. Massacres como o de Carandiru, da Candelária e de Vigário Geral não são aberrações. Mesmo descontadas a estupidez humana, a insensibilização pela miséria, a certeza da impunidade ou da deficiência do disfarce ou da desculpa, um bando de extermínio não age com este descaso pela vida e pelas conseqüências dos seus atos se não sabe que o descaso é compartilhado, se não se sente implicitamente autorizado. A autorização explícita é óbvia: a do comerciante que encomenda a morte do pivete incômodo, a do comandante que acha que a repressão clandestina é necessária porque a legal é insuficiente, a do cidadão que acha que a polícia tem que matar mesmo para ele poder andar na rua e dispor da sua propriedade sossegado, a do espírito da corporação que exige vingança, etc. A autorização implícita é outra questão, e não tem a ver só com a tragédia social brasileira e a brutalização e a hipocrisia que ela gera...(...) Ser "politicamente correto" hoje é dizer o que ninguém mais pensa - sobre raças, sobre os pobres, sobre compaixão e consciência - para não parecer insensível, mas com o acordo tácito de que só se está preservando a convenção, que o vocabulário dos bons sentimentos finalmente substituiu os bons sentimentos por completo. É a intuição destes novos tempos sem remorso que move os exterminadores tanto quanto a aprovação dos imbecis nacionais. Não faz sentido dizer que a maioria das pessoas chacinadas em Vigário Geral não tinha ficha na polícia. Não existe lixo inocente ou culpado. O que está no lixo é lixo. Demasia. Excesso. Superfluidade. Excrescência.

Luiz Fernando Veríssimo

Extraído:http://portalliteral.terra.com.br/verissimo/vida_publica/vidapublica_descartaveis.shtml?vidapublica - Último acesso 10/07/2007.

Bibliografia

ARISTÓTELES. *Arte retórica e Arte poética*. São Paulo: Difusão Européia, 1959.

_____. *Órganon*. Bauru, SP: EDIPRO. 2005

_____. *Tópicos; Dos argumentos sofisticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Ed. Perspectiva, 1996. 168p.

BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, c1989. 202 p.

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. trad. PEREIRA, Maria Ermantina Galvão Gomes São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral I*. 3. ed. Campinas: Pontes: Ed. UNICAMP, 1991.

_____. *Problemas de lingüística geral II*. 3. ed. Campinas: Pontes: Ed. UNICAMP, 1991.

BERTI, Enrico. *Aristóteles no século XX*. São Paulo: Loyola, c1997. 334p.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique; KOMESU, Fabiana. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. *Análise do Discurso: controvérsias e perspectiva*. In: MARI, H. et al. (orgs.). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

LISPECTOR, Clarice. *Água viva*. São Paulo: Circulo do Livro, 1973.

COUTINHO, Francisco Ângelo. “Conhecimento”. In. MARTINS, Rogério Parentoni;

CULLER, Jonathan. *As idéias de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1979. 105p.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva: Ed. Univ. S. Paulo, 1975. 342p. ISBN (Broch.).

FONSECA, Pedro da. *Isagoge filosófica*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1965.

GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997.

GUIMARÃES, Eduardo. *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

HABERMAS, Jurgen. *Agir comunicativo e razão destrancendentalizada*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HEGEL. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.

HJELMSLEV, Louis. *Ensaio lingüísticos*. São Paulo: Perspectiva, 1991. 293p
_____. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: 1975. 147p.

JEAGER, W. PAIDEIA. A formação do homem grego. Martins Fontes, São Paulo, 1979.

PRADO JUNIOR, Caio. *Dialética do Conhecimento*. São Paulo: Brasiliense, 1955.

PRADO JUNIOR, Caio. *Notas Introdutórias a Lógica Dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1955.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

LADRIÈRE, Jean; Muchail, Salma Tannus. A articulação do sentido. São Paulo: E.P.U.: EDUSP, 1977. 244 p.

MAINGUENEAU, Dominique. *Initiation aux methodes de l'analyse du discours: problems et perspectives*. Paris: Hachette, c1976. 191 p.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: UNICAMP, 1998.

MENEZES, William Augusto; MACHADO, Ida Lúcia; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Argumentação e discurso político eleitoral no Brasil (1994-1998) mudança, conservação tradição e utopia*. 2000 enc. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. *Faces e usos da argumentação*. MARI, H. et al. (orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e praticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001.

MARI, Hugo. *Os lugares do sentido*. Belo Horizonte: UFMG/FALE/NAPq, 1991.

_____. MACHADO, Ida Lúcia e MELLO, Renato. *Análise do Discurso em Perspectiva*. BH, NAD, 2003.

_____. *Universos do conhecimento*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. Centro de Estudos P, 2002.

_____. PINTO, Julio César Machado. *Entre o conhecer e o representar para uma fundamentação das práticas semióticas e das práticas lingüísticas*. Universidade Federal de Minas Gerais. 1998

_____. (orgs.). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

_____. "Categorias". In. MARTINS, Rogério Parentoni; MARI, Hugo. *Universos do conhecimento*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. Centro de Estudos P, 2002.

NETO, Pedro Adalberto Gomes de Oliveira; AQUINO, Marcelo Fernandes de. *A dialética especulativa do reconhecimento uma leitura da parábola dominação e servidão*. 1998 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

PAZ, Florêncio de Souza. *Saussure, Benveniste, Wittgenstein e os fundamentos do sentido discursivo*. 2005. enc. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais.

PERELMAN et al. *Retóricas*. Martins Fontes Tradução Maria Emantina Galeão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PEREIRA, Oswaldo Porchat. *Ciência e dialética em Aristóteles*. São Paulo: UNESP, 2001. 415 p.

PERELMAN, Chaim; OLLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: M. Fontes, 1996.

PINTO, P. R. M. “Análise do Discurso e Argumentação”. In: MARI, H. (orgs.). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

PLEBE, Armando; EMANUELE, Pietro. *Manual de retórica*. São Paulo: 1992.

PORFÍRIO. *Isagoge*. Paris: Vrin, c1947 49p

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Loyola, 2000.

SAMPAIO, Evaldo. *O Problema de Seguir Regras*. In Revista Abstracta. Volume 1. Número 2.2005.

SANTOS, Fausto dos. *Filosofia aristotélica da linguagem*. Chapecó, SC: Argos - Editora Universitária, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de; BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert; RIEDLINGER, Albert. *Curso de lingüística geral*. Trad. A.Chelini, J.P.Paes , I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Escritos de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de; JAKOBSON, Roman; JAKOBSON, Roman; JAKOBSON, Roman; HJELMSLEV, Louis Trolle; HJELMSLEV, Louis Trolle; HJELMSLEV, Louis Trolle; CROMSKY, Noam. *Textos selecionados*. 2.ed. São Paulo: 1978.284p (Os pensadores).

VERON, Eliseo; LIMA, Alceu Dias, trad. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix, 1981. 238p.

VIGNAUX, Georges. *As ciências cognitivas: uma introdução*. Lisboa: Instituto Piaget, 1c1991 361p.